

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

TRF ainda depende de projeto de lei para ser instalado no Paraná

Líderes políticos e empresariais e entidades de classe precisarão manter a mobilização para ver o Tribunal Regional Federal da 6.^a Região ser de fato instalado no Paraná. Apesar da aprovação no Congresso, ainda será necessário elaborar um projeto de lei que regulamente a implementação. Também é preciso que o governo federal preveja em orçamento os recursos para a construção do órgão e a contratação de pessoal.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal no Paraná depende de lei para ser implementado

Emenda constitucional estabelece prazo de seis meses para a regulamentação dos novos TRFs, mas processo pode ser prolongado

Yuri Al'Hanati

■ A aprovação da PEC 544/02, que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs) no Brasil — um deles no Paraná — foi amplamente comemorada ontem pelas entidades que defendiam a proposta. Não sem uma ponta de resguardo, entretanto. A aprovação da PEC é apenas o primeiro passo de uma longa tramitação até a instalação efetiva do tribunal de segunda instância. Ainda que a emenda à Constituição estabeleça um prazo de seis meses para ser implementada, não há nenhum impeditivo para que esse prazo seja prolongado indefinidamente.

O presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), Antonio César Bochenek, diz que o próximo passo agora é a promulgação da PEC no Congresso

Nacional com uma sessão solene exclusiva para esse fim. Uma vez promulgada, é preciso elaborar um projeto de lei que regulamente e contemple os detalhes da implementação do Tribunal: “Compete ao Superior Tribunal de Justiça [STJ] apresentar esse projeto de lei ao Congresso, e cabe ao Conselho Nacional de Justiça dar um parecer sobre esse projeto”. Essa lei, explica Bochenek, vai detalhar o número de cargos, o processo de nomeação dos desembargadores, a alocação do espaço físico, e a abertura de concurso público para contratar servidores, entre outras coisas.

O deputado federal Eduardo Sciarra (PSD-PR), relator da PEC na Câmara, diz que a época é favorável para as negociações orçamentárias. “Uma emenda ao Plano Plurianual já foi feita e agora é preciso incluir o valor da criação dos tribunais no orçamento [por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias] do ano que vem”, afirma, acrescentando que esse valor ainda vai ser estudado. Já o espaço físico será cedido pelo governo estadual, com endereço a ser definido. “Cada nova sessão fez audiências com os governadores do estado e ficou acordado que eles alocariam um imóvel para o funcionamento

dos TRFs”, conta o deputado. Todo o resto, porém, está ainda no campo das previsões.

O TRF4, do Rio Grande do Sul, conta com 27 desembargadores para atender os três estados da região Sul. Bochenek prevê um número similar para o TRF do Paraná — entre 25 e 30, para atender Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e o próprio estado, podendo haver transferência de desembargadores.

“Existem alguns desembargadores que são do Paraná e Santa Catarina que estão no TRF do Rio Grande do Sul. Espera-se que eles voltem para cá. O resto dos cargos seria promoção de juizes federais”, supõe.

Mesmo com a indefinição de prazos, os entusiastas da proposta são otimistas. “Contamos com o apoio do ministro Felix Fischer [paranaense e presidente do STJ], responsável pela formulação do projeto de lei], e esperamos conseguir implantar os novos TRFs ainda no primeiro trimestre do ano que vem”, afirma Sciarra.

CONTINUA

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Demanda

A expectativa é que o novo tribunal torne mais rápido o andamento dos processos. Dados do TRF do Rio Grande do Sul mostram que, no ano passado, das pouco mais de 87 mil ações tramitando no órgão, 27.983 eram do Paraná e 18.149, de Santa Catarina.

“Existem alguns desembargadores que são do Paraná e de Santa Catarina que estão no TRF do Rio Grande do Sul. Espera-se que eles voltem para cá. O resto dos cargos seria promoção de juizes federais.”

Antonio César Bochenek, presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajuje).

27.983

eram os processos do Paraná em tramitação no TRF4, com sede no Rio Grande do Sul, no ano passado; 18.149 eram de Santa Catarina.

27

desembargadores atendem hoje os três estados da região Sul no TRF4. A previsão é que o TRF6, no Paraná, terá número similar.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Criação de novos TRFs ainda enfrenta resistências

Euclides Lucas Garcia

Manter a mobilização das últimas semanas será decisivo para que parlamentares e entidades paranaenses ajudem a tirar o TRF da 6.^a Região do papel. Isso porque, apesar da aprovação da proposta pelo Congresso, os entraves para tornar o tribunal realidade ainda não terminaram.

O primeiro desafio será convencer o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a promulgar a proposta. Ele estaria hesitando em fazê-lo diante da carta escrita pelo ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), pouco antes da aprovação da matéria. “A ampliação gigantesca da estrutura pública implicará enormes custos permanentes”, escreveu Barbosa.

União

A questão orçamentária também preocupa a União, a ponto de o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), ter criticado a proposta ao encaminhar a votação do texto. “Não podemos imaginar se, na federação, teremos dinheiro para a criação desses tribunais”, disse.

Por enquanto, os únicos recursos previstos são R\$ 300 milhões no Plano Plurianual para a construção de quatro prédios para abrigar os novos tribunais. No caso específico do Paraná, o governo do estado se comprometeu a ceder um espaço físico para a sede.

05 ABR 2013

Constituição

Há ainda a possibilidade de que pessoas e entidades contrárias à proposta entrem com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no STF. O argumento é de que a medida desrespeitaria a independência dos poderes, uma vez que o Legislativo teria tratado de um tema restrito ao Judiciário.

“É claro que a luta não acaba agora. Mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já nos entregou o impacto financeiro da medida. E a ministra Gleisi Hoffmann [Casa Civil] nos dará os caminhos dentro do governo para colocarmos os novos tribunais no orçamento”, garantiu o senador paranaense Sergio Souza (PMDB).

Sobre uma eventual Adin no Supremo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, Juliano Breda, defendeu que a proposta não tem vício de iniciativa nem ofende cláusulas pétreas da Constituição. “Temos convicção da constitucionalidade da matéria.”

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» TRABALHO CONJUNTO

Aprovação de novo tribunal é resultado da união de entidades

Representantes de instituições que defendem os novos TRFs se reuniram ontem em solenidade promovida pela OAB-PR para comemorar a vitória no Congresso

A aprovação da emenda constitucional que prevê a criação do Tribunal Regional Federal do Paraná e de mais três estados — Amazonas, Minas Gerais e Bahia — é o resultado da união de entidades representativas da sociedade paranaense. Essa é a avaliação feita ontem pelo presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Juliano Breda, durante solenidade em comemoração à aprovação da matéria pelo Congresso.

“O TRF no Paraná marca uma nova relação entre os órgãos paranaenses. A união das entidades foi fundamental, e o Paraná está tendo agora uma justa resposta a tudo o que tem feito pelo país”, disse Juliano Breda,

na abertura da solenidade, que reuniu diversas lideranças paranaenses.

Entre os presentes, estavam o conselheiro federal da OAB nacional e ex-presidente da OAB-PR José Lucio Glomb; o presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), Antonio César Bochenek, e o ex-presidente da instituição, Anderson Furlan. Também estavam no evento o senador Sérgio Souza (PMDB-PR); o ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR); o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Paulo Salamuni (PV); e o presidente executivo do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), Guilherme Döring Cunha Pereira.

A PEC 544, que prevê a criação dos novos tribunais, tramitava desde 2002 no Congresso. Após ser aprovada no Senado, ficou anos à espera da votação na Câmara dos Deputados. Os defensores do novo tribunal esperam que, depois de instalado, ele garanta mais celeridade aos proces-

sos que tramitam na segunda instância federal e ajude a aproximar a sociedade da Justiça.

Com esse discurso, a OAB nacional também comemorou a aprovação da medida. Na avaliação da Ordem, os novos tribunais irão melhorar o acesso do cidadão à Justiça. A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) segue na mesma linha. “A aprovação da PEC vai ser um combustível, um marco para uma Justiça Federal ainda mais eficiente, mais próxima ao cidadão e mais célere, para levar mais justiça aos jurisdicionados que mais precisam”, disse, em nota, o vice-presidente da Ajufe, Ivanir César Ireño.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

“O TRF no Paraná marca uma nova relação entre os órgãos paranaenses. A união das entidades foi fundamental, e o Paraná está tendo agora uma justa resposta a tudo o que tem feito pelo país.”

Juliano Breda, presidente da OAB-PR.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

TRF 1

Foi uma grande vitória a criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná, fruto da luta dos mais variados setores da sociedade de nosso estado, particularmente da comunidade jurídica, com apoio da **Gazeta do Povo**. Mas mesmo após a aprovação da PEC que o criou não se pode baixar a guarda. Ainda há miopia e falta de sensibilidade de alguns, que argumentam que a instalação do tribunal importará em mais custos para o Poder Judiciário. Não podemos perder o prazo para a implantação do TRF.

Antônio Dilson Pereira, advogado

TRF 2

Não se engane a população dos estados que ganharam a instalação de tribunais federais. Já estamos assustados com os altíssimos salários e benefícios recebidos por diversas classes de servidores públicos, e agora os custos com a instalação e a manutenção desses novos tribunais também sairão de nossos bolsos. O TRF até pode ser necessário, mas poderia esperar pelo menos mais uns dez anos para ser implantado.

Gilmar Santos Rosa

TRF 3

A aprovação pelo Congresso da criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná deve ser comemorada pelos paranaenses. Além do óbvio aumento da celeridade nas causas judiciais, essa vitória sedimenta a importância do estado na conjuntura regional. Ao alcançar as demandas da população do Mato Grosso do Sul, o Judiciário paranaense também aumenta a sua capacidade de influência fora da Região Sul. Estão de parabéns a **Gazeta do Povo**, a sociedade paranaense e a classe política!

Luís Eduardo Knesebeck

RHODRIGO DEDA

Exemplo de união

Depois do êxito em aprovar no Congresso Nacional a PEC dos Tribunais Regionais Federais, que cria quatro TRFs, entre eles o do Paraná, é de pensar em defesa de quais outras causas políticas das mais variadas matizes partidárias, assim como representantes da sociedade organizada, irão se unir em defesa dos interesses do Paraná. A aprovação da PEC deve ser encarada como uma experiência que tem chances de ser novamente bem sucedida.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Conversa

O ex-governador Orlando Pessuti (PMDB) esteve no gabinete do governador Beto Richa (PSDB) um dia antes de o Diário Oficial da União publicar a nomeação do peemedebista para o Conselho Administrativo da Itaipu Binacional. O processo de aposentadoria de Pessuti, que tramita no Tribunal de Justiça, foi um dos assuntos conversados durante a reunião.

PROCESSOS

Ministros do STF defendem fim do sigilo de nomes em inquérito

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, presidente da Corte, e Marco Aurélio Mello defenderam ontem, em plenário, o fim do sigilo em relação ao nome de quem responde a inquérito criminal no tribunal. A regra, instituída durante a presidência de Cezar Peluso, hoje aposentado, está sendo debatida em caráter administrativo. De acordo com a decisão de Peluso, a secretaria do Supremo deve indicar apenas as iniciais dos envolvidos em casos criminais que chegam ao tribunal, deixando ao relator decidir se mantém ou não sigilo.

Justiça absolve acusado de ser mandante da morte de extrativistas

O agricultor José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do assassinato do casal de extrativistas José Claudio e Maria do Espírito Santo, foi absolvido na noite de ontem no julgamento do Fórum de Marabá, no Pará. Já Alberto Lopes do Nascimento foi condenado por duplo homicídio e sentenciado a 45 anos de prisão em regime fechado, assim como Lindonjonson Silva Rocha, que participou do crime e impossibilitou a defesa do casal, e foi condenado a 42 anos e 8 meses de prisão. José Claudio e Maria do Espírito Santo foram mortos em maio de 2011 no assentamento Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna.

Justiça confirma pensão a companheiro de servidor morto em 2011

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou, nesta semana, o direito à pensão por morte ao companheiro de um ex-servidor da Receita Federal no Rio Grande do Sul falecido em 2011. A pensão já havia sido concedida em tutela antecipada pela 4ª Vara Federal de Porto Alegre e foi confirmada pela corte. O companheiro do servidor ajuizou ação na Justiça Federal alegando que mantinham união estável por mais de 16 anos. Ele justifica que veio do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul para viver com o falecido, de quem passou a depender economicamente, visto que deixou de trabalhar para cuidar deste, que tinha a saúde frágil.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Comando afasta delegados presos em ação do Gaeco

Justiça concedeu ontem liberdade aos acusados, presos durante operação contra esquema de extorsão

Fernanda Leitões e Angieli Maros

O comando da Polícia Civil afastou ontem das funções os dois delegados presos após investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná. Eles são suspeitos de integrar um esquema de extorsão que ocorria a partir de falsas fiscalizações em lojas de autopeças e ferros-velhos. Porém, a prisão se deu por porte ilegal de arma. O chefe da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, Luiz Carlos de Oliveira, e o titular do 6.º Distrito Policial, Gérson Machado, permanecerão afastados até o fim das investigações do Gaeco. Também foi preso o investigador Aleardo Righetto.

A 1.ª Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba concedeu ontem liberdade provisória aos dois delegados e ao in-

vestigador. Eles foram presos na quarta-feira por posse ilegal de armas e munições durante a Operação Vortex, do Gaeco. O advogado de defesa de Machado e de Righetto, Rafael Antônio Pellizzetti, informou que seus clientes permaneceriam na prisão por pelo menos mais um dia porque ambos pediram reconsideração do valor da fiança para a concessão da liberdade. Eles alegam que não têm condições de pagá-la.

Segundo Pellizzetti, a fiança para os dois delegados foi estipulada em trinta salários mínimos; já para o investigador, seria de dez salários mínimos. Machado está preso no Centro de Triagem I, em Curitiba, e Righetto está na carceragem da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV). Já o advogado do delegado Luiz Carlos de Oliveira, Marden Esper Maués, disse que a fiança do cliente seria paga. Oliveira deixou a prisão ontem mesmo. Ele estava detido no Centro de Operações Policiais Especiais (Cope).

Maués classificou a suspeita de extorsão como descabida. Segundo ele, não existe nada que comprove a ligação do cliente dele ao esquema e há apenas uma "declaração fantasiosa de Gerson Machado que menciona

"A operação teve finalidade de apreender agendas, documentos e dinheiro, que forneçam mais elementos a respeito dessa corrupção existente ligada à DFRV [Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos]."

Leonir Battisti, promotor de Justiça e coordenador do Gaeco

Oliveira". Pellizzetti disse que Machado e Righetto foram presos por posse ilegal de arma e que não há ligação deles como o esquema de extorsão. Segundo Pellizzetti, os dois não aceitaram participar do esquema de corrupção na DFRV e por isso foram transferidos daquela delegacia.

O Gaeco cumpriu, na quarta-feira, 18 mandados de busca e apreensão em residências, delegacias e até no Departamento da Polícia Civil, no centro da capital.

O delegado Walter Baruffi Júnior vai assumir a DCCP e o delegado Rodrigo Brown de Oliveira será o titular do 6.º DP. Baruffi Júnior trabalhava no setor de Planejamento da Polícia Civil e Brown estava no Centro de Operações Policiais Especiais (Cope).

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Comissão da OAB mudará de foco

Felippe Aníbal

■ A Comissão de Direitos Humanos da subseção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), que se notabilizou nos últimos anos pelo diagnóstico de problemas como superlotação e más condições em cadeias e estabelecimentos prisionais, não realizará mais esse tipo de fiscalização. Por determinação da própria Ordem, a atribuição foi repassada à comissão de estabelecimentos prisionais.

Nos últimos seis anos, a advogada Isabel Kügler Mendes integrou a comissão de direitos humanos — nos últimos três anos, como vice-presidente. Viajou o estado, visitando delegacias e cadeias, constatando a saturação do sistema. Com a alteração das atribuições, ela teme o esvaziamento da Comissão de Direitos Humanos.

“Eles (a OAB-PR) esvaziaram a Comissão de Direitos Humanos. A gente vai ter que procurar o que fazer. A comissão apareceu muito porque trabalhou, porque fez”, disse.

O presidente da OAB-PR, advogado Juliano Breda, afirma que a alteração nas atribuições foi adotada para que a pauta da Comissão de

Josué Teixeira/Gazeta do Povo



“Eles (a OAB-PR) esvaziaram a Comissão de Direitos Humanos. A gente vai ter que procurar o que fazer. A comissão apareceu muito porque trabalhou, porque fez”

Isabel Kügler Mendes, advogada e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR

Direitos Humanos seja ampliada e “universalizada”, com temas como igualdade de gênero e discriminação racial. Apesar das mudanças,

ele garante que o grupo de direitos humanos vai prestar apoio à vistoria nas delegacias e presídios.

“Vai ser feito um trabalho em conjunto entre as duas comissões, pois jamais vamos abrir mão dessas fiscalizações”, afirmou Breda.

Trabalho

No fim do ano passado, a Comissão de Direitos Humanos concluiu um relatório de vistorias realizadas nas 27 unidades do sistema prisional do Paraná. O documento já foi entregue oficialmente a autoridades estaduais, mas ainda não foi divulgado.

Enquanto a alteração nas competências não é efetivada, a Comissão de Direitos Humanos promete continuar com seu trabalho. Na próxima semana, integrantes do grupo seguem ao Litoral do Paraná, onde pretendem vistoriar cadeias em Paranaguá e Antonina. “Há novas denúncias de superlotação e de que os presos estão passando fome”, disse Isabel.

A comissão de estabelecimentos prisionais tomou posse no fim de março. A *Gazeta do Povo* não conseguiu ouvir a presidente, advogada Lucia Maria Beloni Correa Dias. De acordo com nota divulgada no site da OAB-PR, um dos focos do grupo será a assistência judiciária a presos que não têm condições de contratar advogado.

CONTINUA

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ATUAÇÃO

Além de fiscalizar cadeias e presídios, a Comissão de Direitos Humanos também se destacou por outras ações ao longo do ano passado:

Janeiro – acompanhamento jurídico a policiais civis que “estouraram” um cassino em uma mansão do Parolin. Os agentes passaram a ser perseguidos.

Março – comissão denunciou um caso de tortura ocorrido na área da UPS do Uberaba. Um pedreiro foi detido, espancado e submetido a choques elétricos por policiais militares.

Agosto – após duas rebeliões, comissão vistoria cadeia da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) e constata superlotação e más condições. Dias depois, dezenas de presos são transferidos

Setembro – comissão finaliza vistoria em 27 unidades prisionais. Um relatório é entregue a autoridades estaduais.

Novembro – comissão denuncia que sete presos eram mantidos em uma cela de dois metros quadrados, na Delegacia de Vigilâncias e Capturas, em Curitiba.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» VENDA DE SENTENÇA

PF investiga juiz por cobrar propina

■ A Polícia Federal vai investigar o desembargador do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) suspeito de pedir dinheiro a advogados. Por determinação do ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), a PF vai abrir um inquérito para apurar o caso, que provocou o afastamento do desembargador Arthur Del Guércio Filho, 57. A ordem do ministro foi dada ontem, depois que o Tribunal de Justiça de São Paulo, pela primeira vez em sua história, afastou um desembargador. A decisão, unânime, foi tomada pelo Órgão Especial do tribunal.

Segundo o ministério, o pedido para que a PF investigasse o caso foi feito pelo próprio presidente do TJ-SP, Ivan Sartori. Com 30 anos de carreira na magistratura, Del Guércio foi promovido a desembargador em 2005 e atuava na 15.ª Câmara de Direito Público do tribunal. Seu afastamento tem caráter provisório. Além da investigação da PF, ele também é alvo de processo administrativo do Órgão Especial do TJ.

Investigação interna do tribunal indicou que Del Guércio procurava advogados e seus clientes dizendo ter problemas

financeiros e pedia de R\$ 20 mil a R\$ 35 mil. Testemunhas confirmaram os pedidos do desembargador, que prometia votar de acordo com o interesse dos clientes dos advogados procurados. Denúncia feita em 18 de março pelo advogado Nagashi Furukawa, juiz aposentado e ex-secretário da Administração Penitenciária de São Paulo deu início à investigação.

Del Guércio ainda não foi ouvido durante as investigações e agora, durante o processo administrativo, ele terá prazo para apresentar defesa. O desembargador negou ter pedido dinheiro a advogados.

PF vai investigar juiz suspeito de pedir dinheiro a advogados

■ A Polícia Federal vai investigar o desembargador Arthur Del Guércio Filho, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), suspeito de pedir dinheiro a advogados. A determinação à PF partiu do ministro José Eduardo Cardozo (Justiça). Investigação interna do próprio tribunal indicou que Del Guércio procurava advogados e seus clientes dizendo ter problemas financeiros e pedia de R\$ 20 mil a R\$ 35 mil. Testemunhas confirmaram os pedidos do desembargador, que prometia votar de acordo com o interesse dos clientes dos advogados procurados.

A suspensão do Tudo Aqui

O governo estadual faz bem em suspender a licitação do projeto que centralizaria o atendimento à população, pois há muitos pontos que ainda precisam de explicação mais detalhada

O governo do estado suspendeu, por tempo indeterminado, a licitação que indicará a empresa responsável pela implantação do projeto Tudo Aqui Paraná — um conjunto de nove grandes estruturas que centralizaria o atendimento à população com 171 serviços prestados por 34 órgãos municipais, estaduais e federais. É uma decisão acertada, considerando todas as dúvidas que pairam sobre o processo e sobre a própria conveniência do projeto.

Previa-se a instalação de três centrais em Curitiba e outras seis nos municípios-polo de todas as regiões do estado. A empresa vencedora da concorrência seria remunerada em R\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 10 milhões mensais) por um contrato que valeria por 25 anos, renovável por mais 25. A abertura dos envelopes com as propostas estava prevista para o dia 25 de abril.

A ideia não chega a ser inédita. Centrais idênticas já foram instaladas satisfatoriamente em outras capitais, facilitando a vida dos cidadãos que, em um só lugar, podem acessar serviços públicos até agora prestados diretamente e de forma descentralizada pelos órgãos públicos respectivos. Em princípio, pois, a iniciativa aparenta ser um avanço significativo no sentido de vencer a burocracia — um dos maiores males que afetam a administração estatal e que prejudicam grandemente a população.

No entanto, o projeto estadual nasceu já envolvido em suspeitas de irregularidades, como o suposto direcionamento na escolha da concessionária — a mesma de quem, confessadamente, partiu a proposta ao governo do Paraná e que já participa da administração de estruturas similares em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. A resistência do governo em prestar esclarecimentos quanto aos pontos nebulosos levantados pela oposição e pela imprensa não colaborou. Agindo sob orientação do Executivo, a Assembleia Legislativa se recusou a aprovar requerimentos de informação e de convocação do secretário do

Tudo Aqui Paraná

Os deputados paranaenses continuam a dar péssimos exemplos de como um representante do povo deve agir na Assembleia. Abdicam totalmente da responsabilidade de analisar com olhar crítico as ações do governo, aceitando como crianças obedientes tudo o que a liderança lhes empurra goela abaixo. O caso do projeto Tudo Aqui Paraná (**Gazeta**, 4/4) é emblemático dessa subserviência dos parlamentares.

Robert Hipólito

Planejamento, Cassio Taniguchi — sob cuja responsabilidade o Tudo Aqui estava sendo gestado —, limitando-se a convidá-lo para uma conversa reservada com parlamentares no gabinete da presidência da Casa. Foi nesse encontro que Taniguchi e o secretário da Casa Civil, Reinhold Stephanes, anunciaram a suspensão da licitação, a pedido do governador Beto Richa.

Mas há outros ângulos do projeto Tudo Aqui também preocupantes e que têm sido pouco lembrados ou debatidos, como os abordados pelo professor Belmiro Valverde em seu artigo semanal nesta **Gazeta do Povo**, no último domingo. Um deles é o perigo de o Tudo Aqui constituir-se numa versão ampliada do que o Instituto Curitiba de Informática (ICI) representa para Curitiba. O grau de dependência da administração municipal é tão grande em relação aos serviços e às bases de dados do ICI (uma organização social de direito privado) que a prefeitura acabou por se tornar refém de um ente sobre o qual não detém controle. Serviços como a marcação de consultas médicas ou a emissão de segundas vias para pagamento de tributos — tudo passa pelos computadores do ICI. Sem falar nos demais controles administrativos, financeiros e orçamentários que constituem o coração da prefeitura.

O ICI, por esse motivo, tornou-se o símbolo pronto e acabado da transposição dos limites entre o público e o privado, perigo em que o estado e o governo paranaenses estavam se arriscando a incorrer com o Tudo Aqui — e pelo prazo de 25 anos, excessivamente longo. Daí as dúvidas em relação à própria legalidade de terceirizar alguns dos serviços para uma empresa privada, já que, entre eles, há inúmeros indelegáveis, isto é, que são de exclusiva competência do poder público, como os da Junta Comercial ou de instituições de natureza policial e de segurança.

Há ainda de se refletir sobre outra questão importante: em um estado tão carente de infraestrutura e de prestação eficiente de serviços essenciais em áreas como educação, saúde e segurança, é inteligente ou prioritário empregar a verba prevista em atividades-meio a serem exploradas por um parceiro privado? Ou, sob outra ótica, não seria mais conveniente que valor tão significativo fosse aplicado na modernização da própria administração pública, fortalecendo o conceito moderno do governo eletrônico? O Tudo Aqui, nos moldes em que foi desenhado e com um contrato tão longo, não parece a solução definitiva para os males da burocracia.

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

LUCIANO AUGUSTO DE TOLEDO COELHO

A realidade da magistratura brasileira

ARTIGO

LUCIANO AUGUSTO DE TOLEDO COELHO, juiz do trabalho em Curitiba, é diretor cultural da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná.

A categoria profissional dos magistrados brasileiros não sai da mídia. Essa complexa organização judicial que engloba os ministros dos quatro tribunais superiores, desembargadores da justiça comum, da justiça federal, da justiça do trabalho e, a grande e esmagadora maioria, juízes de primeiro grau dessas instâncias, trabalha em condições absolutamente díspares, nas mais diferentes regiões desse nosso país continental. O sistema judiciário nacional é complexo em sua organização, tribunais e diferentes realidades, diferenças estruturais e culturais, inclusive dentro de um mesmo ramo do Poder Judiciário.

O ingresso na magistratura se dá, para o primeiro grau, por concurso público, no qual são avaliados com rigor os conhecimentos técnicos do candidato, além de sua vida pessoal e profissional anterior. Não é incomum que o candidato faça vários concursos e estude durante anos para obter aprovação. A maioria dos candidatos é jovem, oriundos de classe média, e é atraído pela estabilidade e pelos demais direitos "garantidos" constitucionalmente aos magistrados. Portanto, quando um profissional pondera se vale a pena estudar e dedicar-se para passar em um concurso para magistrado, são ponderadas também as garantias que a Constituição e a lei oferecem a esse profissional.

A maior parte dos juízes brasileiros está no primeiro grau de jurisdição, sendo essa a porta de entrada da justiça e a que tem contato direto com o cidadão. Juízes de primeiro grau atuam em regra no interior do país, alguns locais com boa estrutura e outros com estrutura absolutamente precária. Os novos magistrados já não contam mais com aposentadoria integral desde a EC 45/2004, embora continuem contribuindo com um valor maior para a previdência social, etc que incidente sobre o total de vencimentos, sem limite de teto. O magistrado necessita manter-se atualizado, fazer cursos obrigatórios em escolas judiciais nas áreas de seu conhecimento específico e, ainda, aprimorar-se em conciliação, gestão, interagindo com áreas como psicologia, medicina, contabilidade, administração, em um sistema jurídico de precedentes, súmulas, resoluções, medidas provisórias, decretos e portarias, crescendo-se uma cultura de busca do Judiciário para resolução de todos os conflitos, o que atrai milhares de processos complexos todos os dias para as varas e para os tribunais.

Quanto à gestão – sem ter preparo acadêmico para tanto, pois o juiz é oriundo do curso de direito, que não tem nenhuma cadeira de gestão – requer-se do magistrado que faça a administração das varas e dos fóruns.

São exigências normais da carreira, decorrentes do anseio da sociedade para um Judiciário melhor e mais célere. Por outro lado, existe a necessidade de atrair para a carreira os me-

lhores candidatos. Diante disso, incompreensível e desproporcional que, ao serem discutidos direitos relativos à categoria, esses profissionais sejam fortemente questionados, como se, ao postular direitos e garantias, intencionassem pilhar os cofres públicos.

Magistrados enfrentam os mesmos problemas que afligem qualquer cidadão, apesar de o imaginário popular, e talvez por ser a imagem que mais é fixada pela mídia, pensar no cidadão que conta com motorista, aluguel pago e benesses como se fosse um alto executivo, essa não é a realidade da esmagadora maioria, principalmente no primeiro grau de jurisdição.

O juiz exerce profissão de risco, principalmente aqueles que trabalham em varas criminais, o que agrega mais um fator emocional estressante na vida do magistrado. A saúde dele é questão que apenas recentemente entrou na pauta dos tribunais, diante da constatação do aumento do número de casos de depressão, afastamentos em licença de saúde e da constatação de que a qualidade de vida da maior parte dos magistrados é ruim: obesidade, estresse, risco cardíaco. O juiz não pode ter nenhuma outra profissão, a não ser como professor, e não pode deixar a carreira para exercer a advocacia, pois existe uma quarentena de três anos, ou seja, é proibido até de exercer a advocacia privada caso resolva deixar de ser juiz.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 ABR 2013

Nesse quadro, a incerteza quanto ao reajuste adequado dos subsídios, as eternas ameaças ao regime de férias de dois meses, os ataques aos benefícios, inclusive alguns recebidos por diversas outras categorias no serviço público, trazem insegurança, desmotivação e sentimento de falta de reconhecimento, aumentando em muito o já natural impacto emocional ao qual um magistrado é submetido. Afastam, ainda, bons candidatos, que acabam por optar por carreiras menos desgastantes.

A magistratura tem lutado de forma legítima e justa pela manutenção de direitos e garantias e por reposição de perdas salariais em face do descumprimento da Constituição, com relação ao reajuste anual dos subsídios. Luta, também, por respeito, informação, coerência e imparcialidade por parte de quem se dispõe a discutir os caminhos para um Poder Judiciário fortalecido e independente no país.

Magistrados enfrentam os mesmos problemas que afligem qualquer cidadão, apesar de o imaginário popular, e talvez por ser a imagem que mais é fixada pela mídia, pensar no cidadão que conta com motorista, aluguel pago e benesses como se fosse um alto executivo, essa não é a realidade da esmagadora maioria, principalmente no primeiro grau de jurisdição

A magistratura tem lutado de forma legítima e justa pela manutenção de direitos e garantias e por reposição de perdas salariais em face do descumprimento da Constituição, com relação ao reajuste anual dos subsídios

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

As “pequenas causas” na berlinda

Os juizados especiais causaram algo até então inédito na justiça brasileira: uma democratização ao acesso ao Judiciário. Contudo ainda falham em alguns aspectos, o principal deles é não conseguirem desafogar a justiça comum

A grande aposta era promover uma diminuição dos processos na justiça comum e, ainda, dar maior celeridade a causas de menores valores. Não foi o que ocorreu

» CARTA EDITORIAL

Ainda uma promessa

Kamila Mendes Martins

Jornalista.

Editora do caderno

Justiça & Direito

A Constituição Federal de 1988 previu a criação dos juizados especiais, o que só foi realmente ocorrer nos estados sete anos mais tarde, com a edição da Lei 9.099/95. De lá para cá, outras duas leis foram editadas para a implantação desses órgãos no âmbito federal.

A grande promessa era promover uma diminuição dos processos na justiça comum e, ainda, dar maior celeridade a causas de menores valores. Não foi o que ocorreu. Confira na reportagem de capa uma análise sobre a atuação dos juizados especiais.

Já o entrevistado desta semana é o professor de História do Direito e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal

do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca. Ele conta como foi o debate de que participou na Itália com outros cinco professores sobre seu livro, recém-traduzido para o espanhol. Também falou um pouco sobre o desafio de estar à frente de um curso de tradição centenária.

Entre os articulistas da semana, a advogada Camila Dell’Agnolo Dealis Rocha trata sobre a falta que faz o Marco Civil da Internet, projeto que ainda deve ser votado no Congresso Nacional. Além dela, a advogada Patrícia Schoeps afirma ser inconstitucional a protesto de certidão da dívida ativa, prevista na Portaria nº 321/2006 do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Boa leitura!

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Juizados especiais não desafogam a justiça comum

Maior acesso da população ao Judiciário e aumento no consumo de massa fez com que a demanda pela resolução de conflitos particulares aumentasse, mas o aparato da justiça não cresceu na mesma proporção

*Katna Baran, especial
para a Gazeta do Povo*

A pesar de haver um certo consenso com relação à mais ampla democratização ao acesso à justiça ocorrida após a implantação dos primeiros juizados especiais no Brasil, passados 18 anos desde que foi editada a primeira lei que regulamentou a sua existência, especialistas ainda fazem duras críticas a uma de suas principais funções que tem sido descumprida: a de desafogar a justiça comum.

É fácil explicar: por ser o juizado especial uma forma de acesso mais simples à justiça, já que prevê a resolução rápida e eficiente dos conflitos, gratuitamente e, ainda, sem a necessidade de assistência de um advogado na maioria dos casos, parte da população que não tinha acesso algum ao Judiciário passou a tê-lo. “É uma lógica perversa. Na medida em que há uma democratização, aumenta o número de conflitos, e as pessoas percebem que o espaço para resolvê-lo é o Judiciário”, diz a pesqui-

sadora e professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Luciana Gross Cunha.

Para ela, esse aumento na demanda se deve ao fato de a população ter adquirido mais conhecimento sobre os próprios direitos desde a criação dos juizados e também ao crescimento econômico e, conseqüentemente, de consumo no Brasil. “O juizado especial não diminuiu o número de ações na justiça comum, ao contrário, ele aproximou mais a justiça da população, e o número de processos cresce a cada ano”, aponta.

Não apenas isso. O advogado e especialista em direito aplicado Albadilo Silva Carvalho acrescenta que os problemas de gestão, de julgamento e até mesmo de efetivação das decisões acabaram, com o tempo, sendo incorporados pelos juizados. “No início, não existia a quantidade de ações que existem hoje, principalmente relacionadas ao direito de consumo. As demandas de massa foram migradas para os juizados e essa avalanche gerou problemas”, acredita.

CONTINUA

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

GESTÃO

CONTINUAÇÃO

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais no Paraná, Helder Luís Henrique Taguchi, para garantir um bom funcionamento, os juizados possuem uma gestão diferente da aplicada na justiça comum. "Seja pelo contato direto com o cidadão que procura os serviços, seja pela sua característica de buscar a conciliação e o acordo entre as partes, seja também pelo crescente número de ações", diz. Porém, a pesquisadora e professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Luciana Gross Cunha aponta que os juizados acabaram incorporando os mesmos problemas de gestão da justiça comum. "Em alguns estados, por exemplo, não há um juiz titular na vara de juizados especiais e, como auxiliares, acabam ficando pouco tempo na função", aponta. Além disso, a produção "em série" gera conflitos nas próprias decisões, acredita o advogado e especialista em direito aplicado Albadilo Silva Carvalho. "O juiz titular acaba homologando decisões de leigos sem tempo, e não há a preocupação com o entendimento de determinados temas."

Para amenizar situações como essas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, no dia 19 de março, que os juizes leigos tenham que prestar concurso público para assumir o cargo. Além disso, como conta Taguchi, a partir do segundo semestre deste ano, os conciliadores e juizes leigos do estado receberão capacitação contínua. Ele revela ainda que serão implantados mais postos avançados e juizados itinerantes em algumas cidades.

EXECUÇÃO

A falta de efetivação das sentenças proferidas nos juizados especiais também é um problema apontado pelos especialistas. "Esse problema está no cerne do congestionamento do Judiciário brasileiro porque, às vezes, você consegue uma sentença favorável, mas não recebe o que deveria. Aí se cria também um problema de satisfação com relação à justiça", diz a professora da FGV Luciana Cunha.

Para Albadilo Silva Carvalho, todos os problemas dos juizados refletem justamente na insatisfação das partes, sejam autores ou réus no processo. "As audiências cada vez mais não ocorrem no prazo estipulado. Isso gera um desgaste e até afasta a possibilidade de acordo", aponta.

JULGAMENTOS

Segundo Albadilo Silva Carvalho, o crescimento da demanda e do tipo de ações acobertadas pelos juizados especiais não foi acompanhado pela uniformização nas decisões. "As decisões em grau da Turma Recursal são as mais divergentes, por mais que existam entendimentos pacificados", aponta.

Para ele, isso acaba gerando um problema de confiabilidade nas decisões. "É fundamental haver um consenso, que uma decisão proferida no Paraná tenha as mesmas argumentações que uma decisão do juizado especial do Rio de Janeiro, por exemplo. Sem isso, fica uma sensação de que lá a justiça é melhor ou pior", diz. Para haver essa padronização foram criadas as Turmas Estaduais Recursais de Uniformização, porém, poucos estados já as incorporaram no trabalho dos juizados. No Paraná, por exemplo, essa turma ainda não existe. Outro projeto de lei em andamento no Congresso Nacional prevê, ainda, a criação da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Estaduais.

SOLUÇÕES

O fortalecimento de setores da sociedade civil e das agências reguladoras é apontado pelos especialistas como a principal solução para o congestionamento de processos e outros problemas que norteiam os juizados especiais, tanto no âmbito estadual quanto no federal. Para a professora da FGV Luciana Gross, outro recurso é criar sistemas paralelos ao Judiciário para a solução de conflitos. "O Judiciário é finito, possui problemas de orçamento, e o Estado não vai poder atender os novos conflitos que vão surgindo. Ele é uma das formas de solução de conflito, mas não a única", diz. O advogado Albadilo Silva acredita que deve haver também uma adequação na lei que rege os juizados. "Principalmente para se adequar às demandas de consumo que geram 90% das reclamações nos juizados especiais estaduais, esse é o novo momento que o Brasil está vivendo", finaliza.

CONTINUA

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PARANÁ EM NÚMEROS

Confira alguns dados:

Juizados Especiais Estaduais do Paraná

- » 245.104 novos casos em 2011 (5º maior em número de novos casos entre os estados)
- » 186.737 dos novos casos são dos juizados especiais não-criminais e 58.367, dos criminais
- » 644 novos casos para cada servidor do juizado (2º com o menor número de casos por servidor entre outros estados)
- » 317.159 casos pendentes em 2011 (3º lugar entre os outros estados)
- » No mesmo período, foram baixados 282.568 processos e proferidas 274.736 sentenças (5º lugar em número de processos baixados e sentenças proferidas entre os outros estados)
- » Duração dos processos, em média, o prazo é de 45 a 90 dias entre a propositura da ação e a realização da primeira audiência.
- » De 30% a 40% terminam em acordo.
- » Quando não há acordo, a duração média do processo até a sentença é de 235 dias.

Juizado Especial Federal da 4ª região (PR, SC e RS)

- » 351.915 novos casos em 2011 (2º maior em número de novos casos entre as cinco regiões)
- » 350.414 novos casos são dos juizados especiais não-criminais e 1.501, dos criminais
- » 148 novos casos para cada servidor do juizado (2º com o menor número de casos por servidor entre as cinco regiões)
- » 456.912 casos pendentes em 2011 (2º lugar entre as cinco regiões)
- » No mesmo período, foram baixados 380.048 processos e proferidas 329.148 sentenças (1º lugar em número de processos baixados e sentenças proferidas entre as cinco regiões)

Fonte: Relatório Justiça em Números 2011/CNJ e Juizado Especial do Paraná.

TJ-SC

Ser servidor público e taxista não representa acúmulo de cargos públicos

¶ Ementa

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EMPREGADO PÚBLICO CLASSIFICADO EM CERTAME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS DESTINADO À OUTORGA DE PERMISSÕES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR TÁXI. EXIGÊNCIA, POR PARTE DA MUNICIPALIDADE, DE QUE OS CONCORRENTES NÃO MANTIVESSEM VÍNCULO FUNCIONAL OU EMPREGATÍCIO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL AO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS. EXECUÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO MEDIANTE PERMISSÃO QUE NÃO SE CONFUNDE COM CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. INAPLICABILIDADE DA VEDAÇÃO PRECONIZADA PELO ART. 37, INC. XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE REGÊNCIA E EDITAL DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO QUE NÃO IMPEDEM A PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS PÚBLICOS NO CERTAME. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DO ANTES ALUDIDO SERVIÇO PÚBLICO. SENTENÇA QUE CONCEDEU A ORDEM MANTIDA. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS. AC nº 2012046447-6

TKF-MG

Noiva de trabalhador morto em acidente de trabalho consegue indenização por dano moral

¶ Ementa

ACIDENTE DO TRABALHO. DANO MORAL E MATERIAL. CONDIÇÃO INSEGURA DE LABOR. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. Para que se configurem os pressupostos necessários à reparação dos danos moral e material, é necessária a concorrência de três elementos, quais sejam: a) a existência

TJ-RS

Lei previdenciária não pode estabelecer diferença entre companheira e esposa

¶ Ementa

APELAÇÃO. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. AÇÃO ORDINÁRIA. PENSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. REQUISITO DERROGADO. INCOMPATIBILIZAÇÃO COM A NOVA ORDEM.

I-Sabidamente, a Constituição e a Lei entenderam ao Instituto da União Estável igual tratamento e idêntica proteção conferidas ao casamento, conferindo-lhe reflexos patrimoniais, alimentícios e sucessórios, também, por identidade de razões, proteção previdenciária sem pelas ou amarras, como as previstas na lei estadual. E como se não bastasse o pálio constitucional, que a elevou à condição de entidade familiar, com o propósito de dar toque de nobreza e moralidade ao relacionamento mantido entre homem e mulher, a união estável supõe direitos e deveres que se equivalem, em tudo e por tudo, à relação decorrente do casamento, desde patrimoniais, até os deveres de lealdade, respeito e assistência, guarda, sustento e educação dos filhos. (C.Civil arts. 1.724 e 1.725). E se um dos deveres, mútuos por suposto, é o de assistência, razão não há para negar, a exemplo do cônjuge, a presunção da dependência econômica em prol da companheira em união estável. II- Derrogada a disposição do parágrafo 5º, art. 9º, da Lei Estadual 7.672/82, na parte que exige comprovada a dependência econômica à companheira em união estável, para fazer jus ao benefício previdenciário, por não se compatibilizar com a nova ordem. Apelo provido. Ação julgada procedente. Unânime

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

STJ

Novo ajuste entre credor e devedor sem anuência do fiador extingue a garantia

¶ Ementa

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TRANSAÇÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR SEM ANUÊNCIA DOS FIADORES. PARCELAMENTO DA DÍVIDA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE FIANÇA. EXONERAÇÃO DOS FIADORES.

1. A transação e a moratória, conquanto sejam institutos jurídicos diversos, têm um efeito em comum quanto à exoneração do fiador que não anula com o acordo firmado entre o credor e o devedor (arts. 1.031, § 1º e 1.503, I, do CC de 1916).

Assim, mesmo existindo cláusula prevendo a permanência da garantia fidejussória, esta é

considerada extinta, porquanto o contrato de fiança deve ser interpretado restritivamente, nos termos do art. 1.483 do CC de 1916, ou seja, a responsabilidade dos fiadores restringe-se aos termos do pactuado na avença original, com a qual expressamente consentiram. Inteligência da Súmula 214 do STJ. 2. No caso concreto, o Tribunal a quo consignou a realização de transação entre credor e devedor, sem anuência do fiador, com dilação de prazo para pagamento da dívida. Extinguiu-se, portanto, a obrigação do garante pela ocorrência simultânea da transação e da moratória. 3. Recurso especial provido. REsp 1013436

TJ-PR

Empresa é condenada a indenizar cliente que foi assaltada no estacionamento da loja

¶ Ementa

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE - ROUBO À MÃO ARMADA NO ESTACIONAMENTO DA CONCESSIONÁRIA REQUERIDA - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DO ROUBO

- BOLETIM DE OCORRÊNCIA NÃO ELIDIDO - DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - SÚMULA 130, DO STJ - FORÇA MAIOR E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA - INOCORRÊNCIA - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL INOCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Apelação Criminal nº 849709-2

TJ-MG

Menina é indenizada por acidente em parque de diversões

¶ Ementa

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - PARQUE DE DIVERSÕES - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPROVADA - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA - NÃO OCORRÊNCIA - DANO MORAL - QUANTUM - REDUÇÃO - DANOS MATERIAIS - MANUTENÇÃO - LIDE

SECUNDÁRIA - COBERTURA NOS LIMITES DA APÓLICE - DANOS MORAIS - AUSÊNCIA DE COBERTURA - INEXISTÊNCIA DE DEVER DE RESSARCIR OS VALORES DESPENDIDOS A ESSE TÍTULO - RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. Processo nº 1.0024.06.252507-6/001

GAZETA DO POVO

Concurso Público

TRF DA 5ª REGIÃO - CESPE - 2011

05 ABR 2013

Cargo: Juiz federal

Disciplina: Direito do Consumidor

À luz do CDC, assinale a opção correta.

- a) Para os efeitos do CDC, não se considera fornecedor a pessoa jurídica pública que desenvolva atividade de produção e comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- b) Entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividades de produção, montagem, criação ou comercialização de produtos, não podem ser considerados fornecedores.
- c) Qualquer pessoa prejudicada por publicidade enganosa pode, em princípio, buscar indenização, mesmo não tendo contratado nenhum serviço.
- d) Pessoa jurídica que compre bens para revendê-los é considerada consumidora.
- e) Pessoa física que alugue imóvel particular, por meio de contrato, é considerada fornecedora, para efeitos legais.

O "X" DA QUESTÃO

JOÃO AGUIRRE, professor de Direito Civil da rede LFG.

A alternativa "a" está incorreta, pois o artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor define o fornecedor "como toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços". Como se vê, é possível que a pessoa jurídica de direito público seja considerada fornecedor, à luz do CDC, quando desenvolva atividade de produção e comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Da mesma forma, a alternativa "b" não está correta, eis que o referido artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor prevê expressamente a possibilidade de se con-

siderar os entes despersonalizados como fornecedores, quando desenvolvam atividades de produção, montagem, criação ou comercialização de produtos.

Por sua vez, a alternativa "c" está correta, já que, de acordo com a norma do art. 29 do CDC, todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas de consumo, equiparam-se aos consumidores. Por conseguinte, ainda que a pessoa prejudicada pela publicidade enganosa não tenha contratado nenhum serviço, o fato de estar exposta a essa prática de consumo permite que venha a buscar a devida indenização.

Já a alternativa "d" está errada, porque o artigo art. 2º do CDC determina que consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, o que afasta a possibilidade de se enquadrar como consumidora a pessoa jurídica que adquire bens para revenda.

Por fim, também não está certa a alternativa "e", em razão do entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça

Resposta: c

no sentido de que o CDC não se aplica aos contratos de locação que são reguladas por legislação própria. (Confira-se: STJ, 5ª Turma, REsp 689266 / SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 06/10/2005: LOCAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS 79 DA LEI 8.245/91 E 2.036 DO CÓDIGO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. OCORRÊNCIA. MULTA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 1. O Tribunal a quo emitiu pronunciamento sobre as questões suscitadas pelo recurso especial, embora não tenha feito referência expressa aos respectivos dispositivos legais, caracterizando assim seu prequestionamento implícito. 2. É pacífica e remansosa a jurisprudência, nesta Corte, no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos locatícios, que são reguladas por legislação própria. 3. Restam ausentes às relações locatícias as características delineadas da relação de consumo apontadas na Lei 8.078/90. 4. Recurso especial conhecido e provido.)

GAZETA DO POVO

OAB divulga hoje resultado final do IX Exame de Ordem

Depois de muitas críticas sobre o nível da prova, finalmente sairá a relação definitiva de aprovados nesta edição. Inscrições para o próximo exame acabam na segunda-feira, 08/04

05 ABR 2013

A Fundação Getúlio Vargas (FVG) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) devem divulgar hoje o resultado com a decisão dos recursos acerca do resultado preliminar e o resultado final do IX Exame de Ordem, de acordo com o edital de abertura. O resultado preliminar foi divulgado no dia 22 de março.

Esta edição da prova — que é aplicada em todo o Brasil — foi alvo de duras críticas por parte dos examinandos, tendo em vista que pouco mais de 10% dos que efetivamente fizeram a prova conseguiram a aprovação — dos 114.763 bachareis que compareceram à primeira etapa, apenas 11.820 conquistaram o direito a ter a tão sonhada carteirinha vermelha.

A expectativa é que, após a análise dos recursos e com o resultado de hoje, esse percentual aumente. Uma das provas da segunda fase que mais sofreu críticas, com dezenas de comentários em blogs e nas redes sociais, foi a de direito constitucional. O gabarito oficial da banca examinadora não considerou como correta a impetração de mandado de segurança, peça apresentada por vários examinandos que acabaram sendo reprovados na segunda fase.

Exemplo

Uma curiosidade na prova que mais reprovou historicamente examinandos desde a unificação do certame em 2010 foi a aprovação de Darci Mendonça Morena, de 71 anos, recém-formada em Direito. Ela passou na prova estudando sozinha em casa, sem fazer cursinho específico.

Ela já foi aprovada em três concursos públicos e trabalhou durante 14 anos na Justiça Federal, depois de ter sido professora primária e secretária — devido à idade ela não pode mais ser funcionária pública —, segundo informações do portal online Migalhas. Ela ingressou no curso de direito aos 65 anos, quando trabalhava na vara de Execução Fiscal. Ao completar 70 anos, em 2012, foi aposentada compulsoriamente e passou a se dedicar exclusivamente aos estudos. O feito rendeu a ela uma homenagem que será concedida pelo Conselho Federal da OAB em sua próxima sessão plenária, no dia 8 de abril.

Próxima chance

Quem efetivamente não conseguiu a aprovação mesmo após a análise do recurso da prova prático-profissional já pode se inscrever para o X Exame de Ordem. A inscrição custa R\$ 200 e pode ser realizada até o dia 8 de abril no site

oab.fgv.br A grande novidade desta edição é a inclusão de duas questões sobre Filosofia do Direito. A OAB não divulgou qual disciplina (ou quais) perderão uma ou duas perguntas para dar lugar às novas.

CONTINUA

05 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

10,3%

foi o percentual de aprovação no IX Exame de Ordem. Dos 114.763 bacharéis que compareceram na primeira etapa da prova, realizada em 16 de dezembro de 2013, apenas 11.820 foram aprovados na divulgação do resultado preliminar em 22 de março. A expectativa é de que esse percentual aumente com a divulgação do resultado final hoje.

X EXAME DE ORDEM

Confira o período de inscrições e as datas das provas:

Evento	Data
Período de inscrições:	22/03/2013 a 08/04/2013
Divulgação dos locais de realização da 1ª fase:	22/04/2013
Realização da 1ª fase (prova objetiva):	28/04/2013
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva:	28/04/2013
Resultado preliminar da 1ª fase:	08/05/2013
Prazo recursal contra o resultado preliminar da 1ª fase:	08/05/2013 a 11/05/2013
Divulgação do gabarito definitivo da 1ª fase:	28/05/2013
Divulgação do resultado final da 1ª fase:	28/05/2013
Divulgação dos locais de realização da prova prático-profissional:	06/06/2013
Realização da 2ª fase (prova prático-profissional):	16/06/2013
Divulgação do padrão de resposta da prova prático-profissional:	05/07/2013
Divulgação do resultado preliminar da prova prático-profissional:	09/07/2013
Prazo recursal acerca do resultado preliminar da 2ª fase:	10/07/2013 a 13/07/2013
Decisão dos recursos acerca do resultado preliminar e divulgação do resultado final:	26/07/2013

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Fórum Eleitoral vai dobrar capacidade de atendimento



Em Londrina, presidente do TRE, Rogério Coelho, anunciou mais 50 guichês

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em visita a Londrina ontem, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Rogério Coelho, anunciou que outros 50 funcionários vão trabalhar no cadastramento biométrico dos eleitores, que identifica os votantes pela impressão digital. O objetivo da medida é aumentar o número de cadastros, considerado baixo no primeiro mês de atendimento. Em 22 dias úteis, os atendentes cadastraram 28.448 eleitores de Londrina, o equivalente a 7,88% do total, que é de 360.856. Em Tamarana, o percentual é ainda menor: dos 8.962 eleitores da cidade, apenas 270 fizeram o novo título, o que corresponde a 3,01%.

"É um número razoável. Mas a expectativa era de um número maior", disse Coelho. Para aumentar os atendimentos, a partir de quarta-feira o

número de atendentes vai dobrar. "Começamos com um número menor, porque no início do prazo os eleitores comparecem menos. Agora vamos disponibilizar mais 50 guichês. Temos espaço físico suficiente e até o final do prazo podemos chegar a 120 atendentes." O desembargador afirmou ainda que "o objetivo é evitar filas nos últimos dias do prazo, como aconteceu em Curitiba", que realizou o cadastramento biométrico em 2011. Em Londrina e Tamarana, o prazo vai até 6 de setembro. O mesmo prazo também vale para Maringá, onde o cadastramento biométrico começou ontem.

Coelho atribuiu o baixo comparecimento dos eleitores de Tamarana à dificuldade de locomoção até Londrina, já que a distância entre os municípios é de 60 quilômetros. "Queremos instalar um posto de atendimento lá, mas ainda dependemos da organização

da estrutura", disse, referindo-se a um local e a funcionários dispostos a trabalhar na cidade vizinha.

No primeiro mês de atendimento, a média diária de cadastros foi de 1.293 em Londrina e 12 em Tamarana. A cada hora, cerca de 200 pessoas são atendidas e o tempo médio de espera para quem não faz agendamento prévio pela internet é de uma hora. Quem marca horário é atendido na hora e todo o procedimento leva cerca de 10 minutos. Há 1.260 vagas para agendamento diário, porém, que estão esgotadas até 4 de maio. Com mais guichês, o número de agendamentos vai dobrar.

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

TRF no Paraná

*É importante
que o Judiciário
se aproxime da
população e
que responda
com rapidez
às demandas*

A implantação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná, aprovada nesta semana pela Câmara dos Deputados por meio da PEC 544/02, deve ser considerada uma vitória dos paranaenses. Uma reivindicação antiga da sociedade que estava parada no Congresso há mais de dez anos. Embora não estejam previstos recursos nas leis orçamentárias da União para custear as novas unidades, o prazo de instalação é de seis meses.

Atualmente, no caso paranaense, as ações que envolvem a União ou questões constitucionais, ao passarem pela primeira instância, são encaminhadas ao TRF da 4ª Região, em Porto Alegre. Agora, a partir da implantação do TRF da 6ª Região, os processos ficarão em Curitiba, que será a sede. A nova unidade abrangerá também os Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Além do Paraná, a PEC autoriza a criação de mais três TRFs: em Minas Gerais, Bahia e Amazonas.

Sem dúvida, a instalação dos novos tribunais vai acarretar em vultoso aumento

de custo, como argumentou o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal. Esse fator é inquestionável e de extrema relevância. No entanto, é importante destacar que os TRFs

certamente darão mais celeridade à Justiça. A demora no julgamento dos processos, bem como a infinidade de recursos legais (em sua maioria utilizados para postergar a conclusão da ação), contribuem para o descrédito do Judiciário e para distanciar os cidadãos da Justiça. É importante que o Judiciário se aproxime da população e que responda com rapidez às demandas.

Levantamento da Associação dos Juizes Federais do Brasil aponta para uma defasagem entre o número de juizes de 1ª instância e de desembargadores (2ª instância). De 1987 até agora o número de juizes federais de 1º grau cresceu 668%, enquanto o de desembargadores aumentou 89%. A diferença entre os percentuais por si só, um dado técnico, justificam a necessidade de criação dos TRFs.

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Novo TRF pode agilizar em 40% trâmite de processos

Organização de novos tribunais ainda depende de regulamentação do Superior Tribunal de Justiça

JUSTIÇA FEDERAL EM NÚMEROS

Compare o número de magistrados que atuam na Justiça Federal em cinco Estados e o número de processos que correm na Justiça Federal (primeira e segunda instância), considerando dados atualizados até 31/12/2011:



Futuro TRF da 6ª Região	Juizes de 1º Grau	Processos*	Remetidos ao TRF
PR	124	245 mil	23,5 mil
SC	84	151 mil	14,2 mil
MS	32	92,5 mil	3,9 mil
RS (TRF4)	150	366 mil	30,5 mil
SP (TRF3)	402	1,8 milhão	77 mil

Atualmente **70** desembargadores trabalham nos TRFs da 4ª Região (27) e da 3ª Região (43). As vagas do TRF da 6ª Região dependem de regulamentação do STJ.

Fonte: Conselho da Justiça Federal.

Folha Arte

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

05 ABR 2013

Curitiba - A inclusão do Paraná na jurisdição do novo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) pode "acelerar" em quase 40% a tramitação dos recursos feitos por paranaenses à Justiça Federal. Apesar da sede ficar na Capital do Estado, o TRF6 não será exclusivamente do Paraná, que dividirá a estrutura com Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Na prática, saiu o Rio Grande do Sul, que ficará sozinho na 4ª Região, e entraram os sul-mato-grossenses, cuja quantidade de processos é bastante inferior a dos gaúchos, gerando essa vantagem.

Dados do Conselho da Justiça Federal, atualizados até o final de 2011, mostram a diferença entre esses Estados (ver quadro). Enquanto 366 mil processos tramitavam no Rio Grande do Sul dois anos atrás, apenas 92,5 mil estavam sob análise da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul. Os gaúchos remeteram para a segunda instância 30,5 mil desses processos em 2011, e os sul-mato-grossenses apenas 3,9 mil. Os 119.567 processos originados no Paraná que ainda tramitam na Justiça Federal permanecem sob análise do TRF4 até a instalação do novo Tribunal, que pode ocorrer até o final desse ano.

A Emenda 544/2002, aprovada na quarta-feira pelos deputados estaduais, será incorporada ao texto da Constituição da República nos próximos dias. Concluída essa etapa burocrática, cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), presidido pelo paranaense Félix Fischer, elaborar um projeto de lei que organize os quatro novos TRFs criados pela decisão política. Essa regulamen-

tação dirá qual o orçamento inicial de cada tribunal novo, além de quantos desembargadores, juízes e servidores trabalharão nessas unidades. Fischer tem até seis meses para enviar esse texto ao Congresso Nacional, e os políticos quanto tempo precisarem.

"Agora vai ser mais fácil, pois não precisa de maioria qualificada no plenário da Câmara dos Deputados", explica Osmar Serraglio (PMDB), coordenador da bancada paranaense em Brasília. Diferente dos 308 votos favoráveis exigidos para aprovar a Emenda, bastará maioria simples entre os presentes à sessão plenária para ratificar o texto do STJ, explicou para a FOLHA o político. Quanto à estrutura dos magistrados, é provável que sejam mantidos os juízes de primeiro grau que já trabalham no Paraná (124), Santa Catarina (84) e Mato Grosso do Sul (32).

Em entrevista à imprensa, o diretor da Justiça Federal do Paraná, Friedmann Wendpap, disse que a expectativa para o TRF6 são 15 desembargadores, que devem ser escolhidos entre os 70 que já trabalham nos TRFs da 4ª Região (27) e da 3ª Região (43). "É um Tribunal da União no Paraná, não um tribunal do Paraná. Tanto é assim que compõem esse Tribunal os catarinenses e os sul-mato-grossenses. O Paraná apenas tem a honra de sediar um Tribunal da União", alerta o juiz federal. Considerando a tramitação completa de um processo, estima-se que o tempo total possa cair de um ano e meio para até seis meses.

"Nós paranaenses temos que ter a visão que, além de ser um Tribunal da União, ele precisa ser um tribunal de união. Temos que atuar no sentido de aproximação com os catarinenses e sul-mato-grossenses, até pela nossa responsabilidade de sediar o Tribunal", disse Wendpap aos jornalistas, após um dia marcado por comemorações no poder público e entidades civis. O juiz federal agradeceu a disposição do governador Beto Richa (PSDB), que reconheceu a possibilidade de ceder momentaneamente um imóvel do Estado para a sede provisória do TRF6.

"Numa perspectiva otimista, podemos ter o novo Tribunal funcionando até o final desse ano", arriscou Wendpap. Cabe à Justiça Federal decidir sobre ações que envolvam a União, como a concessão de aposentadorias, auxílio-saúde ou a liberação de tratamentos especiais pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "A eficiência será uma obrigação para os novos tribunais", afirmou o diretor da Justiça Federal no Paraná. O TRF4, por exemplo, jurisdição que até então abrangia o Estado, utiliza só processos digitais desde 2010.

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

OAB comemora aprovação de PEC

São Paulo - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) comemorou a criação de quatro tribunais regionais federais. Para o presidente da entidade, Marcus Vinicius Furtado, os novos tribunais irão melhorar o acesso do cidadão à Justiça. "Precisamos comemorar junto com a cidadania o reconhecimento da necessidade, diria mesmo indispensabilidade, destes novos tribunais para desafogar e dar mais celeridade aos processos", afirmou o advogado. A OAB tem apoiado a proposta desde a sua apresentação em 2003.

Atualmente, existem cinco tribunais regionais - Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que julgam processos com origem também nos demais Estados. A emenda aprovada cria tribunais com sedes em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Manaus. O texto aprovado anteontem pela Câmara Federal não traz os custos nem a quantidade dos cargos necessários para os novos tribunais.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, trabalhou diretamente para evitar a aprovação da PEC. O ministro argumentava que a medida amplia os gastos da Justiça e não resolverá o problema de excesso de trabalho.

05 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça concede liberdade a delegados

Rodrigo Batista

Equipe Bonde

Curitiba - A 1ª Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba concedeu liberdade aos delegados Gerson Machado e Luiz Carlos Oliveira e ao investigador Aleardo Riguetto, presos na quarta-feira em operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Os três foram presos durante a Operação Vortex. O Gaeco cumpria mandados de busca e apreensão quando encontrou uma arma e munições com os policiais, que foram detidos por porte ilegal. Os três, além de

outras oito pessoas, são suspeitos de extorsão. Eles teriam participação em um esquema para cobrar dinheiro em troca de não darem andamento a investigações sobre desmanches de veículos.

Machado, até setembro de 2012, era titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), que faz parte da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, comandada por Oliveira.

Mesmo com a decisão, segundo o advogado de defesa de Machado, Rafael Pellizzetti, o acusado deve permanecer por pelo menos mais um dia na prisão. O defensor vai entrar com um pedido de recon-

sideração na Justiça para diminuir o valor da fiança, de 30 salários mínimos. Pellizzetti, que também defende Riguetto, disse que o investigador pagaria a fiança de 20 salários mínimos ainda ontem. O advogado Marden Maués, defensor de Oliveira, também confirmou o pagamento da fiança.

Os advogados alegam que houve falhas dos suspeitos quanto às armas e munições, mas que não há provas contra eles nas investigações.

O delegado geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, determinou o afastamento de Gerson Machado e Luiz Carlos Oliveira.

TJ-PR autoriza casamento homoafetivo

Andréa Bertoldi

Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Estado. A decisão do corregedor de Justiça, desembargador Eugênio Achille Grandinetti, foi baseada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2011 já tinha reconhecido o casamento homoafetivo.

A partir de agora, o procedimento para dar entrada na documentação do casamento entre duas pessoas do mesmo sexo é exatamente o mesmo do casamento heterossexual,

sem necessidade da autorização judicial, que era obrigatória no Paraná. A decisão do TJ também autoriza a conversão da união estável homoafetiva em casamento.

Com isso, os cartórios já estão habilitados a realizar as uniões e os casais que tiverem o pedido negado por algum juiz podem procurar a corregedoria do TJ-PR.

Segundo Grandinetti, "a finalidade da instrução é evitar situações conflitantes, como, por exemplo, de um juiz de Maringá não autorizar o casamento de pessoas do mesmo sexo e o juiz da cidade ao lado autorizar". De acordo com ele,

a instrução serve não só para padronizar, como também de orientação para os magistrados, dispensando assim tratamento isonômico para os cidadãos paranaenses.

O coordenador da Associação Paranaense da Parada da Diversidade, Márcio Marins, disse que vê a medida com bons olhos, apesar de ter demorado para acontecer. "Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, tivemos os direitos negados há muito tempo. Agora precisamos que o Brasil reconheça o casamento através de emenda constitucional ou aprovação de lei", defendeu.

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

'Nunca tinha sido tão humilhado', diz trabalhador barrado por juiz

Guilherme Batista

Equipe Bonde

Cascavel - O homem que foi impedido de usar roupas simples durante audiência na Justiça do Trabalho de Cascavel (Oeste) e, por isso, ganhou uma ação contra a União, concedeu uma entrevista ao Portal Bonde.

Valdecir Bernardo dos Santos, de 34 anos, nunca tinha passado por uma situação semelhante. Em 2007, o juiz trabalhista teria restringido a entrada dele na sala de audiências por considerar a vestimenta - uma camiseta regata - "incompatível com a dignidade do Poder Judiciário". "Nunca tinha sido tão humilhado. A minha roupa não me define. Sou uma pessoa simples, que tem poucas roupas. Vivo para o trabalho e não ligo para isso, muda de roupa nova, muda de roupa velha... A camiseta que usei para ir à audiência era uma das melhores que tinha. Ela só mostrava os braços e nem era aberta no peito", contou. "Já tinha até usado a regata para ir a um casamento", completou.

Santos revelou que guarda a camiseta para se lembrar do que aconteceu. "É importante que os outros entendam que o que aconteceu comigo não foi coisa pequena. O ser humano precisa ser valorizado. E o meu caso pode servir de exemplo", destacou.

Santos disse que o fato de o juiz ter adiado a audiência pública também o prejudicou

consideravelmente. "Mais até do que a humilhação. Ele quis adiar para dois, três meses, mas a minha advogada conseguiu fazer com que a audiência ocorresse em 20 dias. Durante o período, fiquei desempregado. Passei dificuldades. Só consegui arranjar outro emprego depois do acordo trabalhista. Atrasou tudo", explicou o homem, que hoje trabalha como auxiliar de depósito em uma fábrica de tubos de Cascavel.

Após o episódio, o homem entrou com uma ação indenizatória por danos morais contra a União. Iniciada na Justiça Federal de Cascavel, a ação foi julgada improcedente na primeira instância, levando o advogado do trabalhador a recorrer. Após análise do recurso, a corte decidiu seguir o entendimento exposto pela Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4), reafirmando a ocorrência de ato discriminatório por parte do juiz. O governo federal foi condenado a pagar R\$ 10 mil a Santos, que preferiu não revelar o que irá fazer com o dinheiro. A decisão foi divulgada nesta semana. Às partes, ainda cabe recursos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

05 ABR 2013

Justiça Federal

Uma semana depois de a Câmara dos Deputados aprovar a criação de um novo Tribunal Regional Federal (TRF), cuja sede será em Curitiba e a jurisdição vai abranger Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (6ª Região), a Justiça Federal do Paraná irá inaugurar um novo portal na internet. Ele será semelhante ao do TRF da 4ª Região, e terá um contador do número de processos em tramitação e mais destaque para a área de transparência.

Olho na bancada 1

Segundo o coordenador da bancada federal do Paraná, Osmar Serraglio (PMDB), houve "muito trabalho de equipe" para a aprovação dos novos Tribunais Regionais Federais (TRFs). "Enquanto o senador Sérgio Souza (PMDB) cuidava da Frente Parlamentar e o deputado Eduardo Sciarra (PSD) relatava a matéria, a minha tarefa e dos outros nove coordenadores de bancada envolvidos era garantir quórum favorável em plenário na hora da votação", diz o político.

Olho na bancada 2

A criação dos TRFs exigia votação por maioria qualificada (308 votos a favor), diferente de votações simples, onde mais de 150 já são suficientes. "Não teríamos conseguido se fosse só o Paraná. Deu certo por Minas Gerais e Bahia, por exemplo, estarem junto com a gente, já que esses Estados têm bancadas grandes", diz o peemedebista. Apenas cinco dos 30 deputados federais do Paraná faltaram à votação. A sessão plenária foi conduzida por outro paranaense, André Vargas, do PT.

PEC 37 agrada petista

Se depender do deputado federal André Vargas (PT), presidente em exercício da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que retira do Ministério Público (MP) a prerrogativa de realizar investigações criminais, deve ganhar espaço no Congresso. Embora tenha falado que ainda não tem uma posição formada sobre o tema, o deputado soltou ontem que "quem tem condição de investigação é a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal". O MP está nacionalmente mobilizado contra a proposta, chamada de promotores e procuradores de "PEC da Impunidade".

Tudo Aqui

Diferente do esperado nas rodas políticas da Capital, o conselheiro Nestor Baptista, do Tribunal de Contas (TC) do Estado, não tocou na licitação do "Tudo Aqui" durante a reunião de ontem do Pleno do TC. Ele havia requisitado ao governo do Paraná os documentos referentes à concorrência, agora suspensa, para terceirizar a prestação de 171 serviços públicos. O TC tem desmentido sistematicamente ter dado aval à iniciativa. Diz-se que o corregedor do TC, Ivan Bonilha, pode ser chamado a se manifestar sobre a situação.

05 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-funcionária

idealizou
crime, diz
delegado

Gravações telefônicas obtidas
pela polícia indicam que as
adolescentes envolvidas
foram as mentoras da ação

Londrina – O latrocínio do empresário José Luiz de Souza, ocorrido semana passada, teve uma reviravolta ontem. O juiz da Vara da Infância e Juventude, Luiz Valerio dos Santos, decretou nova busca e apreensão das adolescentes envolvidas no crime. Gravações telefônicas, obtidas no decorrer das investigações policiais, indicam que a dupla coordenou o roubo ao estabelecimento comercial. A intenção era roubar R\$ 13 mil que estariam no caixa do Depósito São Marcos.

Elas haviam sido apreendidas em flagrante um dia depois do crime, juntamente com outras quatro pessoas, mas as adolescentes foram liberadas 24 horas depois por determinação judicial, relaxamentos sustentados por serem rés primárias, seus pais terem residências fixas e suas práticas delituosas serem de menor expressão.

A Delegacia do Adolescente trouxe novos fatos à investigação que colocaram a ex-funcionária do depósito de materiais de construção como a idealizadora da ação criminosa. A garota de 16 anos teria identificado a movimentação financeira da loja e planejado o roubo.

“A adolescente que trabalhava no estabelecimento comercial passou várias informações sobre onde estaria o dinheiro, o horário que seria retirado da loja e foi ela quem teria ligado para o pessoal praticar o roubo. Esses são indícios muito fortes”, apontou o delegado Marcos Rubira.

A Polícia Civil também identificou o envolvimento de um sétimo elemento no crime, que ainda está foragido. O acusado teria auxiliado os criminosos na fuga do depósito ao dirigir uma camionete.

As duas adolescentes foram encaminhadas ontem mesmo ao Centro de Socioeducação (Cense) 1, onde vão ficar internadas por 45 dias. Rubira

tem este prazo para concluir o procedimento especial de ato infracional. “Todos eles, em tese, participaram do latrocínio e devem responder por esse crime. Vamos analisar a formação de quadrilha”, adiantou.

As provas coletadas também serão encaminhadas à delegada da Mulher, Elaine Aparecida Ribeiro, que preside o inquérito contra os três maiores de idade acusados de envolvimento no crime, uma vez que ela estava de plantão no dia das detenções). David William Machado, de 18 anos, também foi libertado, mas as novas provas coletadas podem embasar o pedido de prisão preventiva dele.

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargador mandava 'torpedos' para pedir dinheiro

Afastado sob suspeita de corrupção usava mensagens de celular para pedir 'empréstimos' de R\$ 35 mil e R\$ 19,8 mil a advogada;

Fausto Macedo

Uma sequência de 23 torpedos enviados para os celulares de duas advogadas de Campinas são indícios contra o desembargador Arthur Del Guércio Filho, afastado cautelarmente da 15.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo por suspeita de corrupção. As mensagens foram redigidas no celular do próprio magistrado e endereçadas às advogadas Maria Odette Ferrari Pregnotatto e Giovanna Gandária Gai, de um escritório de Campinas (SP).

"Do TJ foram suspensos alguns pagamentos de férias atrasadas a que tenho direito e isso me deixou numa situação aflitiva", escreveu Del Guércio, a 9 de maio de 2012, às 14h34. "Por isso me atrevo a perguntar se a sra poderia me emprestar R\$ 35 mil por 60 dias, com o inconveniente que precisaria ser para amanhã."

Depois, insistiu. "Qualquer que seja sua resposta tenho certeza que nenhum de nós misturará as coisas, pois o pedido é pessoal, nada mais. Me desculpando pelo incômodo aguardo ansioso sua resposta. Abs."

Maria Odette, de 65 anos, integra o Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil em Campinas. Acumula 40 anos de experiência, como procuradora municipal e advogada. Por cautela, gravou as correspondências. "Fiquei muito indignada. Não emprestei dinheiro e não respondi", conta.

Dúvida. Ela defende uma pessoa jurídica em mandato de segurança relativo a questão de ordem tributária. No último dia 21 de março, Del Guércio ligou para o escritório de Maria Odette e pediu a ela que fosse ao seu gabinete, no prédio do TJ da Avenida Ipiranga, centro da Capital. "Ele disse que estava com dúvida sobre a perícia contábil", relata a advogada. "Fui à sala dele, mas ali não falou sobre dinheiro. Mal deixei o tribunal e veio torpedos."

"Dra, bom dia (eram 11h50)", iniciou o magistrado. "Depois que a sra saiu tive uma péssima notícia e constrangido gostaria de saber se poderia me ajudar. Amanhã entraria um pagamento do tribunal mas ele só será feito no dia 5 de abril. O valor é 19 mil e 800 reais. A sra poderia me emprestar esse valor até aquela data? Me desculpe pela amolação. Me dê um retorno, por favor."

Ao final do texto, às 11h53, ele anotou. "Ah, já localizei o feito e o julgamento será simultâneo, mas sem qualquer relação com o meu pedido, creia." Às 17h52 ele cobrou. "Dra, alguma posição?"

"Tenho medo do que possa ocorrer com meu cliente, mas como não podia tomar providências?", argumenta Maria Odette, que segunda-feira foi à Presidência do TJ, denunciou o desembargador e entregou cópia da sucessão de torpedos.

Além de seu relato e do depoimento de Giovanna, confirmam a ação de Del Guércio outros três advogados a quem ele teria solici-

tado dinheiro.

Maria Odette disse que "nunca deu essa abertura" para que Del Guércio fizesse tal pedido. "Nunca vi uma coisa dessas e tem um agravante porque ele até assediou a Giovanna, uma advogada jovem e bonita."

Frustração. O assédio está em duas mensagens a Giovanna, de 31 anos. A primeira a 9 de maio de 2012, às 12h12. "Gostei muito de falar com você. Seu jeito meigo me cativou. Sei das grandes diferenças que existem em nossas vidas, mas posso lhe perguntar se não podemos almoçar juntos um dia desses? O que acha da ideia? Estou aguardando sua visita. Beijinhos."

No dia seguinte, às 9h40: "Giovanna, bom dia. Você não me respondeu ontem. Te assustei?"

"É uma frustração grande", diz Giovanna. "A gente estuda, vai atrás de jurisprudências e aí você vê todo esse trabalho jogado no ralo. Ainda assim existem os bons e a gente acredita na Justiça. Talvez tenha acontecido com mais pessoas."

O criminalista José Luís Oliveira Lima, que ontem assumiu a defesa de Del Guércio, não comentou as acusações.

• Defesa

ARTHUR DEL GUÉRCIO

DESEMBARGADOR DO TJ-SP

"Preciso pôr minha cabeça para pensar. São 30 anos de dedicação à magistratura que estão jogando no lixo."



CONTINUA

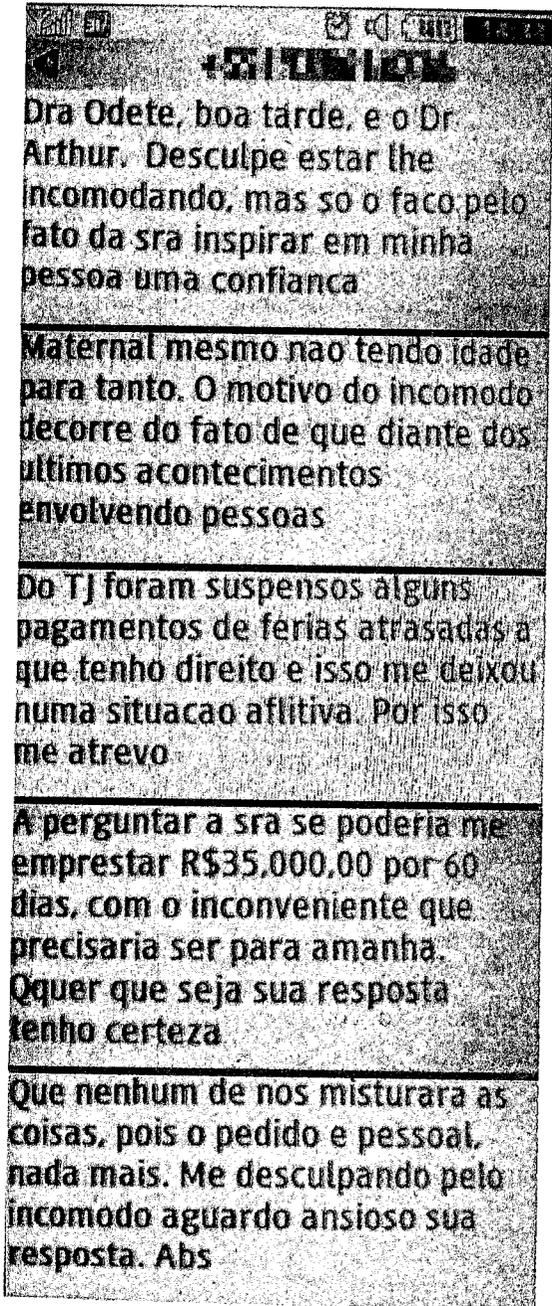
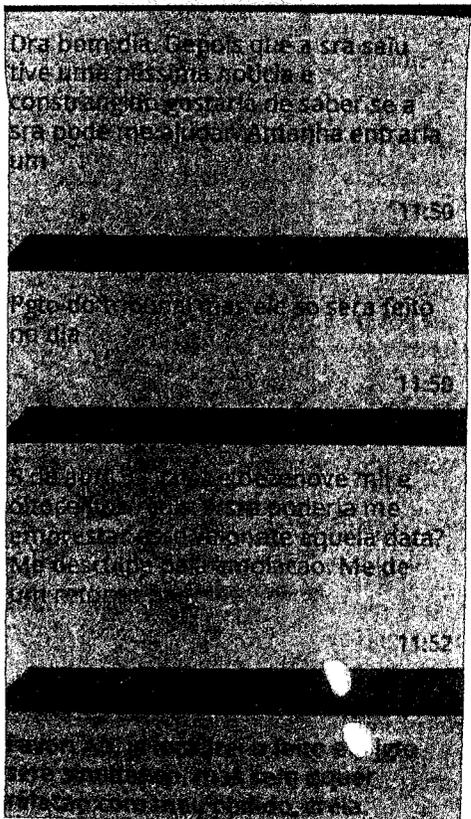
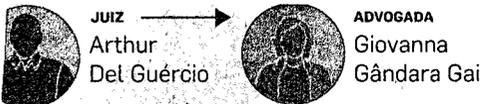
05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

POR SMS

- Os torpedos enviados pelo desembargador Del Guércio mostram como ele pedia dinheiro a advogados
- Del Guércio é acusado de corrupção, prevaricação e concussão
- O juiz alega inocência e diz que jamais pediu dinheiro de advogados



CONTINUA

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Procurador-geral abre inquérito por improbidade

● A Procuradoria-Geral de Justiça abriu ontem inquérito civil para investigar por improbidade e enriquecimento ilícito o desembargador Arthur Del Guércio Filho. A apuração inclui quebra de sigilo bancário e fiscal do magistrado. A procuradoria quer abrir os dados relativos ao período em que Del Guércio ocupou assento na 15ª Câmara de Direito Público, desde 2007. Por determinação de Márcio Fernando Elias Rosa, procurador-geral, serão ouvidos todos os advogados que relatam ter recebido solicitações de dinheiro.

A Polícia Federal também vai investigar "eventual prática de crime". A ordem é do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que atendeu o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori. Em âmbito penal, como desembargador, Del Guércio tem foro privilegiado perante o Superior Tribunal de Justiça. A PF já pediu à corte autorização para a investigação.

Mesmo afastado, Del Guércio continuará recebendo seus vencimentos, em torno de R\$ 30 mil mensais. O juiz Aloísio Sérgio Rezende assumiu ontem a vaga do desembargador. A Corregedoria Geral do TJ vai fazer um pente fino em todas as ações que estavam sob responsabilidade de Del Guércio. A meta é rastrear todos os casos em que ele se manifestou.

As causas nas quais ele atuava como relator, revisor ou terceiro juiz foram tiradas de pauta. "Acatamos a decisão da 15ª Câmara", disse a advogada Andrea Mascitto, do escritório Pí涅heiro Neto, que foi ao fórum para acompanhar julgamento de embargos infringentes.

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF: reincidente pode ter pena maior

Ministros confirmaram decisão do TJ-RS e estudam súmula vinculante para todo o Judiciário; recurso alegava uma punição dupla

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram ontem por unanimidade que é constitucional considerar como agravante para aumentar a pena de um condenado o fato de o réu ter voltado a cometer crime.

O STF rejeitou um recurso no qual um condenado alegava que a agravante em caso de reincidência significava uma punição dupla. O condenado também tinha argumentado que a regra contraria o princípio da individualização da pena, ao levar em consideração o crime anterior para aumentar a punição.

Os ministros confirmaram decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que havia fixado uma pena de 4 anos e 6 meses a um condenado pelo crime de extorsão. O réu era reincidente.

Relator do caso, o ministro Marco Aurélio Mello salientou que é inviável dar o mesmo peso a caso concreto em que o réu é primário e a outro em que o condenado voltou a cometer crimes e não se ressocializou. O ministro também rejeitou o argumento de que a regra viola o princípio da individualização da pena.

“Ao reverso, leva-se em conta, justamente, o perfil do condenado, o fato de haver claudicado novamente, distinguindo-o daqueles que cometem a primeira infração penal”, disse. “Está-se diante de fator de discriminação que se mostra razoável, seguindo a ordem natural das coisas”, completou.

Marco Aurélio observou também que a reincidência não pode ser aplicada depois que o condenado ficou cinco anos sem cometer novos crimes. Na sessão do STF, a constitucionalidade da

reincidência foi defendida pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat.

“Mudemos então a lei e o nosso sistema é tão equivocadamente não consegue reeducar, ressocializar, mas não é matéria para se declarar a inconstitucionalidade da norma que está absolutamente compatível com nosso sistema constitucional”, afirmou Deborah. Segundo ela, a reincidência foi pensada como uma censura àquele que já respondeu por um delito e persistiu na atividade criminoso.

Súmula vinculante. A decisão do Supremo Tribunal Federal deverá servir de base para o julgamento de pedidos semelhantes que tramitam no próprio tribunal e em instâncias inferiores da Justiça – sobretudo nos Tribunais de Justiça dos Estados.

Os ministros poderão aprovar em breve uma súmula vinculante que deverá ser seguida por todo o Judiciário e na qual ficará expresso que a reincidência é motivo para aumento da pena de um condenado.

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Carcereiro de massacre recebe mais de R\$ 570 mil

Indenização fixada pelo TJ-SP é por trauma de agente ter visto parte das 111 mortes; valor é muito maior que o dado a parentes

Os danos morais e materiais sofridos por um carcereiro que ficou traumatizado após testemunhar o massacre na Casa de Detenção do Carandiru foram considerados pela Justiça mais graves do que os provocados aos familiares dos mortos, se considerados os valores concedidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) Em outubro de 1992, 111 presos rebelados no pavilhão 9 foram mortos.

Em fevereiro deste ano, um acórdão definiu em R\$ 576.530 a indenização para Edson S., agente penitenciário que trabalhava em 1992 no pavilhão 8, vizinho ao pavilhão 9. No processo, o carcereiro alegou que os transtornos psíquicos depois da chacina o impediram de trabalhar.

No caso dos familiares dos presos (pais, mães, filhos e companheiras), segundo levantamento feito Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena, do Direito da Fundação Getúlio Vargas, que o Estado teve acesso, os valores variaram, em sua maioria, entre 100 e 200 salários mínimos (R\$ 67,8 mil e R\$ 135 mil se considerados os valores de hoje).

Conforme o estudo, os familiares começaram a ingressar com pedidos de indenização entre 1993 e 1996. Somente em 2011 as indenizações ficaram disponíveis. "Houve casos em que os pais morreram antes de ter uma resposta", explicam as pesquisadoras Maíra Rocha Machado e Marta Rodriguez, que participaram do levantamento.

Além das responsabilidades civis, na próxima segunda-feira a

Justiça começa a julgar as responsabilidades criminais dos participantes da invasão. Serão julgados 26 policiais que estavam no 2.º pavimento do pavilhão 9, segundo a denúncia do Ministério Público Estadual. Eles são acusados de matar 15 pessoas. Os promotores apontam que os outros 96 presos foram mortos em outros andares. Os demais réus, policiais que estavam nos outros três andares, serão julgados separadamente.

1 salário mínimo. No estudo sobre as indenizações, os pesquisadores encontraram 72 processos de indenização na Justiça, mas tiveram acesso às informações de 67 casos. A Justiça considerou procedente 64 processos, em que a responsabilidade civil do Estado foi reconhecida. Atualmente, 38 processos tiveram os valores de indenização liberados aos familiares dos presos.

O maior valor concedido foi de R\$ 287,8 mil. No outro extremo, houve família indenizada em apenas um salário mínimo, valor atribuído pelo juiz apenas aos danos morais.

A defensora pública Amanda Pontes de Siqueira, que acompanhou na Fazenda Pública o processo dos familiares dos presos, calcula que pelo menos 26 famílias já tiveram acesso ao dinheiro. E afirma que muitas delas acabam desistindo de acompanhar o processo por causa da demora na Justiça. "Alguns acabam abandonando. Esses momentos (*antes do julgamento*) são importantes para chamar a atenção de alguns familiares e chamá-los a virem à defensoria e acompanharem o andamento dos casos. Pode

ser que o dinheiro já esteja disponível, mesmo que ele não saiba", afirma a defensora pública.

O advogado Fábio Possídio Egashira, especialista em danos morais, afirma que a diferença no valor da indenização depende muitas vezes das provas técnicas apresentadas no processo. "Caso o autor tenha muitos filhos e teve de interromper um trabalho em que ganhava bem, os danos materiais podem ser mais altos do que alguém que estava preso."

A professora Marta Rodriguez, no entanto, pondera que no caso do Carandiru, os danos morais deveriam ser mais valorizados. Em 11 dos 64 casos, o Tribunal de Justiça reduziu o valor que havia sido atribuído na primeira instância. Em geral, os argumentos foram três: comportamento criminoso do falecido; ausência de contribuição para manutenção da casa, porque estava preso e ausência de prova de que a vítima exercia trabalho lícito e regular antes da prisão.

CONTINUA

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PARA LEMBRAR

Em outubro de 1992, uma rebelião no Pavilhão 9 terminou com 111 detentos mortos e 130 feridos. Iniciado logo após o almoço, depois de uma briga entre dois presos rivais, o motim foi sufocado pela Polícia Militar. Trinta e dois policiais ficaram feridos. O confronto deixou corpos dilacerados, detentos implorando por socorro, canos estourados, água e sangue por todos os lados e a ala completamente destruída. O pavilhão só foi reaberto 18 meses depois, em 1994. Os julgamentos dos acusados serão feitos separadamente, conforme o andar do processo. Na segunda, são julgados 26 PMs acusados de 15 mortes no 2.º pavimento.

05 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Réu no Supremo, Feliciano depõe hoje a portas fechadas

Decisão do ministro Lewandowski visa a 'preservar a tranquilidade' do polêmico presidente de comissão da Câmara

Mariângela Gallucci
Felipe Recondo / BRASÍLIA

Réu no Supremo Tribunal Federal pelo crime de estelionato, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) – que descarta renunciar apesar da pressão para que deixe o cargo –, prestará depoimento hoje a portas fechadas.

Relator do processo, o ministro Ricardo Lewandowski disse que é preciso “preservar a tran-

quilidade e intimidade” do deputado e que a sala onde ele será ouvido é pequena e não comportaria jornalistas. O processo aberto não tramita em segredo de Justiça – condição que justificaria o depoimento sigiloso.

Feliciano foi denunciado em 2009 por estelionato, pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Conforme a denúncia, ele teria recebido R\$ 13 mil para ministrar um culto religioso, mas não compareceu.

No passado, os depoimentos colhidos no Supremo eram abertos e podiam ser acompanhados pela imprensa. Em 1996, foi público o interrogatório da ex-ministra da Zélia Cardoso de Mello – do governo Collor –, acusada de várias irregularidades. A ex-ministra chegou a passar mal

por causa de uma crise de hipoglicemia no momento em que respondia a perguntas formuladas pelo relator. Em nenhum momento os jornalistas foram retirados da sala onde ocorria o interrogatório. No ano 2000, repórteres também acompanharam o depoimento da cantora mexicana Glória Trevi, suspeita de participar de um esquema de corrupção de menores.

“A sala é mínima e não comporta presença de ninguém”, justificou o ministro Lewandowski. “É preciso que ele tenha livre trânsito, que os advogados, a procuradora e o juiz possam trabalhar com toda a tranquilidade”.

Revisão. Segundo a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos), o fechamento ao público das sessões da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, decidido por seu presidente, “fez a democracia e precisa ser imediatamente revisto”. Em entrevista, ontem, ela ponderou, porém, que a Câmara saberá encontrar soluções para restabelecer o perfil democrático do colegiado

JUSTIÇA

Aumento de ônibus em Porto Alegre é suspenso

A Justiça do Rio Grande do Sul suspendeu o aumento das tarifas dos ônibus urbanos de Porto Alegre ontem. A liminar concedida pelo juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara, da 5.ª Vara da Fazenda Pública, a pedido dos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna (Psol), determina que o preço volte a ser de R\$ 2,85, como era até 25 de março. A notícia foi divulgada pelas rádios locais quase ao mesmo tempo em que centenas de pessoas estavam iniciando um protesto contra o reajuste diante do Paço Municipal.

SÔNIA RACY

A conferir

Corre solta em Brasília a informação de que **Joaquim Barbosa** conversa com editoras para lançar sua biografia.

05 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO DELEGADO

ALEGA NÃO ter como pagar fiança

Gerson Machado conseguiu *habeas corpus*, ontem, mas só sai se houver redução do valor

O delegado Gerson Machado, preso na quarta-feira durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), conseguiu o *habeas corpus* na tarde de ontem, mas não deixou o Centro de Triagem I, onde está detido. Segundo o seu advogado, Rafael Antônio Pellizzetti, o delegado não tem como pagar a fiança de 30 salários mínimos estabelecidos pela Justiça.

Na mesma situação está o investigador Aleardo Righetto, também defendido por Pellizzetti. No seu caso, a fiança é de dez salários mínimos. O advogado entraria ontem com um pedido de reconsideração do valor, mas espera que seus clientes sejam liberados hoje. O outro delegado preso, Luiz Car-

los de Oliveira, também conseguiu a liberdade provisória. Os três foram presos por porte ilegal de armas e munições.

Afastados — Ontem, o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, afastou os delegados Luiz Carlos de Oliveira e Gerson Machado, titulares respectivamente da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) e do 6º Distrito Policial de Curitiba, até que sejam concluídas as investigações do Gaeco relativas a um suposto caso de extorsão.

O delegado Walter Baruffi Júnior será o novo titular da DCCP e o delegado Rodrigo Brown de Oliveira assumirá o 6º DP. Ontem, o advogado de Machado afirmou que o seu cliente é testemunha na investigação do Gaeco, e não suspeito.

05 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Comemoração

Um evento na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Curitiba, ontem, reuniu autoridades políticas e do meio jurídico para comemorar a aprovação, pela Câmara Federal, da criação do Tribunal Regional Federal do Paraná. “O Paraná acordou mais feliz no dia de hoje. Os paranaenses acordaram com expectativa de dias mais justos no horizonte. Foi uma luta histórica de mais de 20 anos, uma batalha vencida com a união de muitas entidades”, afirmou o presidente da OAB Paraná, Juliano Breda. “Este ato é uma forma de homenagear e agradecer, em nome da advocacia, todas as instituições e pessoas envolvidas durante essas duas décadas de lutas pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná”, afirmou Breda.

Promulgação

O evento contou com as presenças de diversas autoridades e representantes de instituições civis que desde 1993 uniram forças com a Seccional na campanha pela criação do TRF no Paraná. A atuação do advogado e ex-conselheiro da OAB Paraná Marcos Stamm na articulação para aprovação da PEC 544, foi destacada por várias autoridades presentes. Além do Paraná, mais três estados serão beneficiados: Minas Gerais, Bahia e Amazonas. O senador Sérgio Souza, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs, lembrou que o Paraná sempre mostrou seu interesse, disposição e presença nos atos públicos em prol da causa. “Ninguém fez mais por essa proposta de emenda constitucional do que o Paraná”, disse. De acordo com o senador, a promulgação da PEC deve acontecer na próxima semana. “Já conversei com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e só não fechamos a data porque queremos unir as lideranças dos quatro estados num ato conjunto do Senado e da Câmara. Também conversei com o presidente do STJ, Félix Fischer, que disse estar elaborando o projeto de lei para implantação efetiva dos TRFs”, explicou.

EM ALTA

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) negou pela segunda vez o pedido de *habeas corpus* ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. Com a decisão do ministro Og Fernandes, Santos Neto vai continuar preso na penitenciária de Tremembé, em São Paulo. O ex-juiz cumpria prisão domiciliar até março deste ano.

EM BAIXA

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) confirmou o depoimento do deputado federal Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) vai prestar hoje no Tribunal. De acordo com a assessoria do órgão, Feliciano falará a portas fechadas, como é praxe nesse tipo de depoimento sobre a ação penal em que é réu por suspeita de estelionato.

Volta às urnas

Os eleitores de Joaquim Távora, no Norte Pioneiro, vão às urnas neste domingo para escolher o novo prefeito e vice da cidade. A nova eleição foi convocada porque William Walter Ovçar (PSC), candidato mais votado para o cargo de prefeito nas eleições do ano passado, teve seu registro de candidatura negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). William, que concorreu com o nome de urna “Vatão”, obteve mais de 50% dos votos na cidade. Vatão teve seu registro negado pelo juiz eleitoral por ter tido suas contas como gestor da cidade, referentes ao exercício de 2006, rejeitadas pela Câmara de Vereadores de Joaquim Távora. Isso ocorreu porque, na condição de prefeito da cidade, ele abriu créditos adicionais especiais sem edição de lei específica e deixou de recolher contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A cidade possui 8.201 eleitores. Dois candidatos concorrem ao cargo de prefeito: Gelson Mansur Nassar (PSDB/PDT/PTB/PSB/PR/PSD), que tem como vice Valdeci Azarias; e Emílio Calil Neto (DEM/PRB/PT/PP/PMDB/PSL/PSC) e João Carlos Castanheira Néia, como vice.

05 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ cassa devolução da lista sêxtupla do MP para o TJ-SP

O Conselho Nacional de Justiça cassou, a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo que rejeitou a lista sêxtupla de integrantes do Ministério Público destinada ao preenchimento da vaga do quinto constitucional. Ficou decidido que a lista com os três membros do MP mais votados na sessão do Órgão Especial de 2 de maio de 2012 seja encaminhada ao governador de São Paulo em 15 dias.

Na lista haviam como candidatos à vaga procuradores e promotores da Justiça. De acordo com a Constituição Federal, um quinto das vagas de todos os tribunais judiciais do país devem ser constituídos por advogados e membros do Ministério Público. No caso do MP na Justiça estadual, o órgão encaminha ao Órgão Especial do TJ, que deve escolher três candidatos. O governador, depois, deve

escolher um deles.

A lista discutida pelo CNJ foi rejeitada pelo Órgão Especial do TJ-SP três vezes. Os desembargadores afirmaram, com base no artigo 55 do Regimento Interno do tribunal, que nenhum dos candidatos conseguiu votação mínima para integrar a lista triplíce enviada ao chefe do Executivo. O dispositivo prevê que "haverá três escrutínios, até que se firme a lista, exigindo-se maioria absoluta em todos. Se qualquer dos candidatos não atingir o quórum, a lista não será aceita". O parágrafo único do artigo exige maioria absoluta para a escolha dos integrantes de listas triplíces.

Mas o CNJ, por maioria, declarou a invalidade do artigo 55 do Regimento Interno do TJ-SP e invalidou a decisão do Órgão Especial que determinou a devolução ao Ministério Público a lista sêxtupla. Segundo relatório do caso publica-

do pelo CNJ, o tribunal devolveu a lista sêxtupla sob o argumento de que o terceiro nome necessário à formação da triplíce não obteve quórum de maioria absoluta dos membros do Órgão Especial.

O Ministério Público alegou que a devolução da lista sêxtupla afronta o artigo 94 da Constituição Federal e que não houve desrespeito aos requisitos estabelecidos constitucionalmente para a formação da lista. "Em decorrência de a previsão do artigo 55 do RITJSP limitar o exercício da prerrogativa constitucional assegurada ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil, já formulara representação ao Procurador-Geral da República, para propositura da ação direta de inconstitucionalidade."

O TJ-SP respondeu que a rejeição foi feita em conformidade com o artigo 55 do Regimento interno do tribunal.

Valor da causa deve corresponder ao benefício pretendido

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que a fixação do valor da causa em ação de reintegração de posse, devido à extinção de contrato de comodato, deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelo autor da ação. O entendimento do colegiado se deu no julgamento de recurso especial interposto pela Pirelli Pneus contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Com a decisão do STJ, ficou estabelecido que "sendo a finalidade da ação de reintegração de posse a retomada do bem objeto do contrato de comodato, a estimativa econômica

perseguida consubstancia-se no valor do bem, devendo este ser o valor da causa".

Segundo a relatora do recurso no STJ, ministra Nancy Andrichi, por ausência de expressa disposição do Código de Processo Civil acerca da fixação do valor da causa nas ações possessórias, a jurisprudência da Corte tem entendido que ele deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelo autor — que, no caso, corresponde a 12 meses de aluguel do imóvel.

"Nesse sentido, já se decidiu, por exemplo, que, em ação de imissão na posse, deve prevalecer como valor

da causa o montante que levou à aquisição da posse; que em ação de manutenção de posse, o valor deve corresponder ao preço pago pela posse em razão da assinatura de contrato de promessa de compra e venda; que em ação de reintegração de posse proposta com lastro em contrato de arrendamento mercantil inadimplido, deve ser estimado pelo saldo devedor", escreveu a ministra.

No caso, a Pirelli recebeu o imóvel em pagamento de dívida, por força de escritura de dação em pagamento e, posteriormente, firmou com o próprio devedor contrato de comodato do bem por prazo indeterminado.

05 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Criação de TRF é comemorada em ato solene na sede da OAB-PR

Tribunal Regional Federal em Curitiba vai facilitar o acesso à Justiça

A criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná, aprovada na noite de quarta-feira (3) pela Câmara dos Deputados, foi comemorada ontem, em um ato solene na sede da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). O evento reuniu lideranças empresariais, políticas e judiciárias do Estado.

A criação do tribunal paranaense foi definida com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/02, que tramitou por mais de 10 anos no Congresso Nacional e prevê a instalação de novas estruturas de segunda instância da Justiça Federal também em Minas Gerais, Bahia e Amazonas. Atualmente, os processos originados no Paraná são julgados pelo TRF da 4ª região, com sede em Porto Alegre (RS). Pela proposta aprovada, o tribunal a ser instalado em Curitiba atenderá também os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O senador Sérgio Souza (PMDB), que no Congresso Nacional coordenou a Frente Parlamentar pela Criação dos TRFs, destacou o importante papel das entidades representativas que participaram da mobilização ao longo dessas duas décadas. "Todas as entidades estiveram presentes neste processo e o Paraná foi o Estado mais assíduo nessa mobilização", disse o parlamentar. Segundo ele, nas próximas semanas será organizado um ato em Brasília para a promulgação da lei que cria os quatro novos tribunais.

Já o deputado federal André Vargas (PT) – vice-presidente da Câmara e que presidiu a sessão em que foi aprovada a PEC – destacou que a medida trará benefício não só ao Estado. "O Paraná deu uma grande contribuição ao Brasil, porque com estes quatro novos tribunais estamos melhorando a estrutura da Justiça em nosso país", afirmou. O parlamentar também ressaltou a importância da união de toda a sociedade em prol das bandeiras do Estado. "É importante celebrarmos esta conquista até para lembrar que temos outras causas no Paraná e temos que aproveitar esta sinergia que alcançamos neste caso", disse.

Para o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, o Paraná acordou nesta quinta "mais feliz e com expectativas de dias mais justos". Segundo ele, a aprovação da PEC é um momento histórico para o Estado, que iniciou as articulações para conseguir trazer um TRF para Curitiba há 20 anos. "A união de autoridades e da bancada federal em torno desta questão nos mostra que, acima de qualquer divergência político-partidária, deve estar o interesse do Paraná", declarou.

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo ressaltou que a criação de um TRF no Paraná é uma antiga bandeira do Estado, possível de ser concretizada apenas com a união entre a sociedade civil organizada, entidades representativas e a classe política paranaenses. "A aprovação

desta PEC mostra a importância da união entre as forças organizadas do Paraná na busca de resultados concretos para nosso Estado. Esta mobilização fica como exemplo para que alcancemos novas conquistas nos assuntos prioritários para o desenvolvimento do Paraná", afirmou.

Campagnolo disse ainda que a instalação do TRF em Curitiba vai reduzir custos para as empresas envolvidas em ações que tramitam na Justiça Federal. "Hoje, uma empresa que entra com uma demanda judicial na esfera federal tem altos custos com o deslocamento de advogados e outros profissionais até Porto Alegre. Isso muitas vezes até desestimula as empresas a buscarem seus direitos", declarou. "Mas, acima de tudo, o ganho será para todos os cidadãos paranaenses, que terão mais facilidade para ter acesso à Justiça", acrescentou.

Entre outras autoridades, lideranças e diretores de entidades representativas paranaenses, também prestigiaram o ato solene desta quinta-feira o ex-governador Orlando Pessuti; o ex-presidente da OAB-PR, José Luício Glomb; o presidente e o ex-presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), Antonio César Bochenek e Anderson Furlan, respectivamente; o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Paulo Salamuni (PV).

05 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Senado inicia discussão para reforma da Lei de Execução Penal

A Lei de Execução Penal, que define o cumprimento da pena e os meios de reintegração do detento à sociedade, é mais uma que vai ser reformada pelo Congresso Nacional. Durante dois meses uma comissão de sete juristas, instalada ontem no Senado, vai trabalhar na elaboração de um anteprojeto para aperfeiçoar a norma.

Para o coordenador do grupo, o ministro Sidnei Beneti do Superior Tribunal de Justiça (STJ), um dos desafios é dinamizar o sistema de aplicação da Lei de Execução Penal dentro dos tribunais, dando agilidade à justiça e garantindo os direitos dos condenados e sentenciados.

O ministro ressaltou que a lei em vigor “cria uma burocratização na execução penal”. “Há varas de execução penal com mais de 100 processos de maneira que isso gera alguns outros problemas, entre eles, a impessoalização do tratamento do caso.”

O ministro destacou a necessidade de o Brasil estudar novas formas de penas alternativas, que sejam efetivamente cumpridas. Ele citou, como exemplo, a prestação de serviços à comunidade.

“Algumas penas alternativas duram muito tempo e obrigar alguém a cumprir algo por muito tempo é difícil e acaba se desgastando”, observou.

Beneti criticou a realização de mutirões carcerários no Brasil, cujo intuito é inspecionar as prisões do país e analisar processos de presos condenados para revisão da pena. “É preciso que o sistema ande naturalmente sem necessitar de mutirões carcerários. A necessidade de mutirão não pode se institucionalizar.”

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que o Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, com cerca de 500 mil presos e a mesma quantidade de mandados de prisão sem cumprimento.

Ele defendeu a implementação de mais ações de educação para os presos para evitar a reincidência no crime.

Segundo Renan, de cada dez detentos que deixam as cadeias, sete retornam aos presídios. “O que acontece no cárcere no Brasil é um horror.

É algo que precisa ser enfrentado do ponto de vista da execução da pena, do castigo que o Estado cobra de quem comete o crime e até mesmo da pena alternativa, da sua fiscalização. Muito precisa ser feito”, disse.

Também integram a comissão os juristas Carlos Pessoa de Aquino, Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Gamil Foppel, Maria Tereza Uille Gomes e Marcellus Ugiette.

Advogado não é essencial em acordo homologatório

Não cabe recurso contra o teor de uma sentença meramente homologatória, pois a decisão é fruto do entendimento das partes em litígio, e não do livre convencimento do juiz. Foi o que decidiu a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao julgar Apelação Cível de uma das partes que se arrependeu do acordo judicial que fixou pensão alimentícia na Comarca de Caxias do Sul. O autor do recurso pediu a reforma da sentença, por não ter condições de arcar com o valor arbitrado no acordo firmado em audiência — 30% do salário-mínimo —, já que está desempregado. Disse também que não compreendeu bem os termos do acordo, pois não estava acompanhado de advogado no ato de homologação. A desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro, que relatou o recurso, afirmou que o fato de a parte comparecer desacompanhada de advogado não constitui motivo para nulidade do ato. Isso porque, nos termos do artigo 6º, da Lei 5.478/1968, não há necessidade de os litigantes estarem acompanhados de procuradores na audiência de tentativa de conciliação.

“Ademais, o apelante é maior e capaz, de modo que, se pode dispor de seu patrimônio como lhe aprouver, sem a assistência de advogado, pode, também, transigir acerca de pagamento de pensão alimentícia”, emendou a desembargadora.

05 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juristas deverão propor atualização da Lei de Execução Penal em 60 dias

Com o objetivo de aprimorar a Lei de Execução Penal e ajudar a desafogar o sistema prisional brasileiro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou a comissão especial de juristas para propor a atualização da Lei 7.210/1984, que trata do cumprimento da sentença e dos meios para a reintegração à sociedade. O colegiado terá 60 dias para apresentar um anteprojeto de lei.

Presidida pelo ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão é integrada também pelos juristas Carlos Pessoa de Aquino, Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Gamil Foppel, Maria Tereza Uille Gomes e Marcellus Ugiette.

Segundo Beneti, a comissão especial poderá receber sugestões dos cidadãos em geral e também realizar audiências públicas com especialistas no assunto e interessados da sociedade.

Na cerimônia, Renan Calheiros disse que os presídios brasileiros estão superlotados, problema que passa por uma Lei de Execução Penal que privilegie em sua aplicação a adoção de penas alternativas e meios efetivos de ressocialização do preso.

- O Brasil tem uma das maiores massas carcerárias do mundo. São 500 mil presos e 500 mil mandados de prisão que não são cumpridos. É uma questão que precisa ser enfrentada. A pena privativa de liberdade deveria ser adotada nos casos indispensáveis. A lei deve ser rigorosa sem perder de vista a humanidade - disse Renan Calheiros.

O presidente também ressaltou em seu discurso que a atualização da LEP deve estar coordenada com iniciativas que estimulem a educação do preso e consequentemente iniba a reincidência no crime. Ele disse que é inadmissível o índice de ex-detentos que retornam ao sistema prisional.

- Hoje, de cada 10 pessoas, sete retornam aos presídios. Precisamos de condições para evitar isso - assinalou.

Outro problema que precisar ser resolvido, na opinião do presidente do Senado, é o elevado custo do sistema carcerário. Um dos caminhos possíveis, segundo Renan, é a adoção de parcerias público-privadas na administração de penitenciárias, a exemplo do que já ocorre no presídio de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG).

05 ABR 2013

METRO

Delegados suspeitos de corrupção são afastados

Mudanças. Eles serão substituídos até o final das investigações do Gaeco. Ontem, Justiça concedeu liberdade a eles, mas um segue preso

O Departamento da Polícia Civil afastou os delegados Luiz Carlos de Oliveira, da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, e Gérson Machado, do 6.º Distrito Policial de Curitiba. Os dois e mais o investigador Aleardo Riguetto são suspeitos de corrupção dentro da Delegacia de Furtos e Roubos Veículos, mas foram presos por porte ilegal de armas.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, a determinação vai vigorar até que sejam concluídas as investigações do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) relativas ao suposto caso de extorsão.

O delegado Walter Baruffi Júnior será o novo titular da Divisão de Crimes contra o

“Esperamos que toda a investigação seja concluída com rigor.”

MARCUS MICHELOTTO, DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

Patrimônio e o delegado Rodrigo Brown de Oliveira saiu do Cope (Centro de Operações Policiais Especiais) e assume o 6º distrito.

Defesa

Ontem à tarde, o delegado Luiz Carlos de Oliveira foi solto após a Justiça conceder o relaxamento de prisão em flagrante e pagar fiança de 30 salários mínimos. O advogado dele, Marden Esper Maues, classifica a operação do Gaeco como ‘desastrosa’. “Eu comprovo que ele não tem parti-

cipação alguma. Tive acesso aos autos. Existem conversas de pessoas que mencionam ele, mas não existe a participação dele no esquema”, argumenta.

O investigador Riguetto pagou fiança de 10 salários mínimos e também conseguiu a liberdade.

O delegado Gérson Machado alegou que não tem dinheiro para a fiança de 30 salários mínimos (R\$ 20.340) e por isso, vai ficar detido.

“Vamos pedir uma reconsideração do juiz para baixar esse valor”, disse o advogado dele, Rafael Antônio Pellizzetti. Esse pedido deve ser feito ainda hoje.

05 ABR 2013

METRO

Justiça pede fechamento de casa noturna na Barreirinha

A pedido da Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, a Justiça determinou o fechamento da casa noturna Ilse Aparecida Artini – Restaurante – ME, que fica no bairro Barreirinha.

De acordo com o MP-PR (Ministério Público do Paraná) o local foi vistoriado pela Aifu (Ação Integrada de Fiscalização Urbana) no ano passado e foi constatado que não possuía isolamento acústico adequado nem infraestrutura para funcionar como danceteria, além dos frequentadores promoverem constantemente brigas, bagunças, depredações de patrimônio público e até disparos de armas de fogo.

De acordo com o promotor do MP, Sérgio Luiz Cordoni, mesmo após as vistorias, os problemas continuaram. “Não tem alvará de funcionamento. Várias vezes a Aifu esteve nesse local e foi pedido o fechamento, mas eles não fecharam por bem. Aí, encaminharam ao MP dizendo da resistência da casa em se adequar as normas legais e dos problemas causados no entorno. Junto com um abaixo assinado de moradores, nós entramos coma ação civil pública”, explicou.

Também foi denunciado que no estabelecimento há consumo e venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

A partir da notificação, a casa noturna tem um prazo de 48 horas para o cumprimento da decisão.

R\$ 1 mil

por dia é a multa estabelecida pela Justiça caso o estabelecimento não cumpra a decisão.

05 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Delegados

Dois dos policiais detidos pelo Gaeco vão responder em liberdade e o outro pede redução do valor de 30 salários mínimos pra poder voltar pra casa

Falta grana pra fiança

Elaine Felchacka

Os delegados Luiz Carlos de Oliveira e Gérson Machado e o investigador Aleardo Righetto conseguiram a liberdade provisória na tarde de ontem, concedida pela 1.ª Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba. Mas apenas Luiz Carlos e Righetto deixaram a carceragem. Machado entrou com pedido para redução da fiança e só deve ganhar a liberdade hoje. “São 30 salários mínimos. Para o Righetto são dez salários mínimos e já recolhemos o valor”, contou o advogado da dupla, Rafael Antônio Pellizzetti. Luiz Carlos pagou os 30 salários mínimos (R\$ 20.340 mil).

O trio foi preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por suspeita de extorsão e corrupção na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e na Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP). Os advogados dos detidos reforçam a inocência de seus clientes.



Luiz pagou R\$ 20 mil e saiu da cadeia, mas Machado, ficou.

Defesas

Para Rafael, que defende Machado e Righetto, o delegado é alvo de perseguição e não tem ligação com corrupção ou extorsão, não passando de uma peça para ajudar na investigação. “Ele está será ouvido como testemunha, só foi preso por irregularidade na arma pessoal”, explicou Rafael. De acordo com o advogado, o mesmo se aplica a Righetto, que fazia par-

te da equipe de Machado. Marden Esper Maues, advogado que defende o delegado Luiz Carlos, destacou que seu cliente foi envolvido por conversas de terceiros e não há ligação dele com qualquer situação ilícita. “Não há nada que o ligue à prática do crime de extorsão, à qualquer desmanche, roubo ou furto de veículos. É uma acusação fabricada pelo Ministério Público”, afirma Marden.

05 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

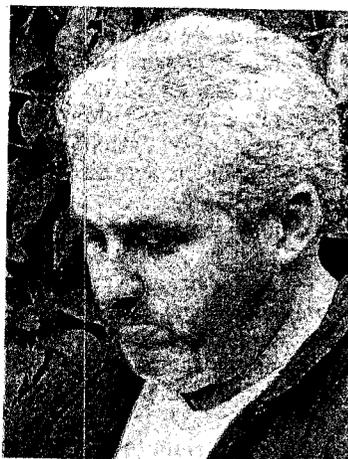
Novos titulares assumem postos

Os delegados Luiz Carlos de Oliveira, da Divisão de Crimes contra o Patrimônio (DCCP), e Gérson Machado, do 6.º Distrito Policial (Cajuru), presos na manhã de quarta-feira, foram afastados de suas funções até que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, encerre as investigações de denúncias de corrupção na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e na DCCP.

Para seus lugares foram designados Walter Baruffi Júnior, do Planejamento da Polícia Civil, para a DCCP, e Rodrigo Brown de Oliveira, que estava no Cope (Centro de Operações Policiais Especiais) e assume o 6.º DP.

Ouvidos

Ontem, integrantes do Gaeco deram continuidade aos depoimentos da operação Vortex, iniciada há oito meses, e hoje vão começar nova fase da investigação. "Ouvimos



Stigler prestou depoimento.

cerca de dez pessoas, principalmente policiais e vamos nos concentrar na análise dos documentos", explicou o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti.

Um dos principais depoimentos de ontem foi do empresário Milton Stigler, denunciado ao Gaeco, no ano passado, pelo delegado Gérson Machado por envolvimento em esquema de roubo e desmanche de veículos. As declarações serão mantidas em sigilo

05 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Domingo tem eleição

A Justiça Eleitoral prepara novas eleições para prefeito em 16 cidades de 7 estados neste domingo. Uma delas é Joaquim Távora. A medida no Estado foi tomada após o Tribunal Superior Eleitoral ter cassado a candidatura de William Walter Ovçar, conhecido como Vatão. Segundo o juiz eleitoral Alexandre Moreira van der Broocke, o vencedor do pleito em outubro de 2012 teve seu registro de candidatura cassado pelo TSE após as eleições e, não tendo o segundo colocado atingido 50% mais um dos votos válidos, a legislação eleitoral impõe a realização de novas eleições.

Concorrem neste novo pleito os candidatos Emílio Calil Neto (DEM) e Gelson Mansur Nassar (PSDB). O voto é obrigatório e devem comparecer todos os eleitores que estavam com sua situação eleitoral regular até 8 de novembro de 2012. As pessoas que não puderem

comparecer às sessões eleitorais por qualquer motivo, terão prazo de 60 dias, após as eleições, para justificar a sua ausência. O horário de votação segue o tradicional, das 8h às 17h. O eleitor deverá comparecer à votação apresentando documento oficial de identidade com foto. No mês passado foram realizadas eleições suplementares em 10 municípios. De acordo com o calendário do TSE, em maio ainda deve haver outra, na cidade cearense de Meruoca.

Outros municípios

Além de Joaquim Távora, haverá eleições em Triunfo (RS), Fortaleza dos Valos (RS), Sobradinho (RS), Tucunduva (RS), Caiçara do Rio do Vento (RN), Serra do Mel (RN), Fernão (SP), Coronel Macedo (SP),

Eldorado (SP), Muquém do São Francisco (BA), Diamantina (MG), Cachoeira Dourada (MG), São João do Paraíso (MG), Biquinhas (MG) e Pedra Branca do Amapari (AP)

tribuninhas

Aumentar pena de réu reincidente é legal, diz o Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por unanimidade (oito votos a zero), que é constitucional aumentar a pena de réu por causa de condenação definitiva em processo anterior, a chamada reincidência. A decisão foi tomada a partir da análise de recurso da Defensoria Pública, em favor de condenado no Rio Grande do Sul por crime de extorsão ocorrido em 2001. A defesa argumentou que a pena não poderia ser aumentada por causa de condenação anterior porque isso seria dupla punição.

Os ministros entenderam que é legal considerar fatos da vida pregressa do condenado como agravante ao se definir o tamanho da pena. A medida já é adotada por juízes, mas há diversos recursos em tribunais questionando decisões do gênero. Foi a primeira vez que o plenário do STF se manifestou sobre o tema. Após o julgamento, os ministros do STF decidiram também que aplicaríamos repercussão geral ao processo, ou seja, o entendimento terá de ser adotado em todas as ações sobre o mesmo tema que tramitam em instâncias inferiores.

O plenário decidiu ainda que ministros do STF poderão dar decisões individuais em processos que chegarem sobre o tema, sem a necessidade de levar ao plenário.

Ônibus

A Justiça do Rio Grande do Sul suspendeu o aumento das tarifas dos ônibus urbanos de Porto Alegre no final da tarde de ontem. A liminar concedida pelo juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara, da 5ª Vara da Fazenda Pública, a pedido dos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ambos do PSOL, determina que o preço volte a ser de R\$ 2,85, como era até 25 de março. O município e as operadoras do transporte coletivo terão de cumprir a determinação logo que forem notificados, mas podem apresentar recursos.

05 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Vitória após 11 anos de luta

Justiça perto do cidadão e eficiente. Esta é a expectativa dos paranaenses após a Câmara dos Deputados aprovar, antea-



Breda: dias mais justos.

ntem, a proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Tribunal Regional Federal da 6.^a Região (TRF6), no Paraná. Atualmente, os processos da Justiça Federal do Estado em segunda instância

são analisados pelo TRF4, com sede em Porto Alegre. A luta de várias entidades de classe e políticos do Paraná pela implantação do tribunal começou em 1993. A PEC tramitava há 11 anos na Câmara e deve ser promulgada na próxima semana.

“O Paraná acordou mais feliz no dia de hoje. Os paranaenses acordaram com expectativa de dias mais justos no horizonte. Foi uma luta histórica de mais de 20 anos, uma batalha vencida com a união de muitas entidades”, afirmou o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Paraná, Juliano Breda, ao abrir o ato comemorativo na manhã de ontem na sede da entidade.

Processos

Para o presidente da Comissão da OAB Paraná para instalação do TRF, Cleverson Marinho Teixeira, a criação do TRF no Estado é sinônimo de Justiça mais próxima do cidadão. “O custo para que o cidadão vá em busca da Justiça em um País tão grande é muito maior do que as questões orçamentárias que alguns tentaram argumentar de

última hora”, disse Teixeira. O acúmulo de processos no tribunal gaúcho, que passou de 12.516 em 1989 para 101.446 em 2009, e não foi acompanhado de aumento proporcional no número de magistrados, foi a principal justificativa apresentada para a criação do TRF no Paraná.

O governo do Paraná e a prefeitura de Curitiba se colocaram à disposição para cessão de imóveis até a decisão sobre a sede definitiva da nova corte. “Temos meios de trazer serviço altamente informatizado, com poucos funcionários e sedes bem instaladas”, disse o diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, Friedmann Wendpap.

05 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça liberta delegados acusados de corrupção

O delegado-geral Marcus Michelotto afastou, até que sejam concluídas as investigações do Gaeco relativas a um suposto caso de extorsão, os delegados Luiz Carlos de Oliveira e Gérson Machado.

Delegados acusados são afastados

O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, afastou, até que sejam concluídas as investigações do Gaeco relativas a um suposto caso de extorsão, os delegados Luiz Carlos de Oliveira e Gérson Machado, titulares respectivamente da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) e do 6.º Distrito Policial de Curitiba. O delegado Walter Baruffi Júnior será o novo titular da DC-CP e o delegado Rodrigo Brown de Oliveira assumirá o 6.º DP. “Esperamos que toda essa investigação seja concluída com rigor”, disse Michelotto, destacando que a Polícia Civil assim como a Polícia Militar cedem policiais para a formação do Gaeco.

05 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Suporte ao TRF

O governador Beto Richa garantiu que dará todo suporte para a estruturação e instalação do TRF no Paraná. A PEC para implantação do tribunal foi aprovada em segundo turno nesta quarta-feira, 3, pela Câmara dos Deputados. "O Estado vai ajudar a implantar a sede do TRF, que é uma conquista histórica da nossa sociedade e aproxima a justiça do cidadão paranaense", disse.

Novas eleições

A Justiça Eleitoral vai realizar novas eleições para prefeito em 16 cidades de 7 estados do país no próximo domingo (7). Nesses municípios, o candidato que recebeu maior número de votos nas eleições de outubro concorreu com o registro rejeitado pela Justiça e, depois de esgotadas as possibilidades de recursos judiciais, não conseguiu reverter a decisão.

05 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PF pede inquérito sobre juiz afastado em SP

Desembargador Arthur Del Guércio Filho é acusado de pedir dinheiro a advogados e partes de casos em que atuou

Magistrado nega as irregularidades; TJ-SP diz que anulação de julgamentos feitos por ele poderá ser pedida

A Polícia Federal pediu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) a abertura de uma investigação criminal para apurar as suspeitas de que Arthur Del Guércio Filho, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, tenha pedido dinheiro a advogados interessados em processos nos quais ele atuou.

Del Guércio nega a existência de irregularidades.

O requerimento foi feito ao STJ porque a lei prevê foro privilegiado para os desembargadores nas investigações criminais. Na área administrativa, o TJ paulista já determinou o afastamento provisório do magistrado e abriu um procedimento para analisar as acusações contra ele.

A diferença entre as apurações nos campos penal e administrativo é que uma condenação criminal pode levar à perda do cargo, enquanto a punição máxima em um processo administrativo é a de aposentadoria compulsória.

O pedido ao STJ teve a intermediação do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. O ministro recebeu uma solicitação do presidente do TJ de São Paulo, Ivan Sartori, para que o caso fosse investigado, e então determinou que a PF tomasse as providências para apurar as suspeitas.

Nesses casos, a investiga-

ção é presidida por um dos ministros do STJ.

Ontem, a direção do TJ paulista informou que os processos nos quais Del Guércio atuou não serão revisados, e caberá às partes envolvidas verificar se há irregularidades.

Se uma das partes encontrar elementos de que o desembargador atuou ilegalmente poderá pedir a anulação do julgamento por meio de uma medida chamada ação rescisória.

O prazo para uso deste tipo de ação é de dois anos contados a partir da data da definição da causa.

Ontem houve sessão da 15ª Câmara de Direito Público do TJ, da qual Del Guércio faz parte, mas todas as causas em que ele teria voto foram retiradas da pauta. Segundo o tribunal, a medida foi adotada para que o magistrado que substituiu o desembargador possa analisar os casos e preparar novos votos.

REVISÕES

Advogados que atuam na câmara disseram que vão revisar todos os processos em que Del Guércio julgou. "Vamos olhar todas as causas.

Trabalhar com a possibilidade desse tipo de problema é terrível", disse o advogado Waldyr Colloca Junior.

Uma advogada de um grande escritório de São Paulo, que preferiu não se identificar, informou que já começou a verificar os casos mas até agora não encontrou elementos que pudessem indicar suspeitas contra o desembargador.

Ontem o criminalista José Luis Oliveira Lima assumiu a defesa de Del Guércio. Lima disse que não poderia se pronunciar porque ainda não havia obtido os autos do caso.

05 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Júri absolve principal acusado pela morte de casal extrativista

Agricultor apontado como mandante é liberado em julgamento por falta de provas, de acordo com jurados

Ministério Público vai recorrer da absolvição; executores do crime são condenados a até 45 anos de prisão

O Tribunal do Júri de Marabá (PA) absolveu ontem, por falta de provas, o principal acusado pela morte, em maio de 2011, dos extrativistas e militantes ambientais José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo.

O agricultor José Rodrigues Moreira era apontado como mandante do crime —teria uma disputa de terra com o casal. O episódio teve repercussão internacional e expôs o agravamento da violência agrária na Amazônia.

Os dois acusados de efetuar o crime foram condenados. Irmão de Moreira, Lindonjonson Rocha recebeu pena de 42 anos e oito meses de prisão, e Alberto Lopes do Nascimento, de 45 anos.

As penas pelo duplo homicídio tiveram os agravantes de motivo torpe, crueldade e impossibilidade de defesa das vítimas. José Cláudio teve parte da orelha direita cortada como prova da morte.

Preso desde setembro de 2011, Moreira foi solto logo depois do julgamento, que durou cerca de 30 horas. Familiares das vítimas e militantes sociais presentes ao fórum de Marabá se manifestaram contra o resultado aos gritos de “justiça”.

O ambiente na cidade, que completa cem anos nesta semana, ficou tenso, e a Polícia Militar pediu reforços.

A defesa procurou descrever as vítimas —conhecidas pela crítica à ação de posseiros e madeireiros na região de Nova Ipixuna (PA)— como violentas e patrocinadas por ONGs internacionais.

Citou os acusados como “bodes expiatórios” e apresentou Moreira como um homem religioso.

A Promotoria trouxe testemunhas que ligaram os réus ao conflito fundiário com as vítimas e à cena do crime.

A acusação apresentou ainda como prova fios de cabelo que estavam em uma máscara de mergulho no local do crime —e o exame de DNA que ligaria o equipamento aos assassinos. A defesa apontou o exame como inconclusivo.

REPERCUSSÃO

Em nota divulgada antes do fim do julgamento, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República havia defendido a condenação dos réus. “Que os assassinos sejam punidos com rigor, evitando a perpetuação da impunidade no país”, dizia o texto.

O Ministério Público do Pará informou que vai recorrer da absolvição de Moreira.

Os nomes de José Cláudio, 54, e Maria, 53, constavam da lista de pessoas ameaçadas de morte divulgada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), braço agrário da Igreja Católica no país, mas nunca receberam segurança do poder público.

Foi a primeira vez que um crime de repercussão internacional, comparado às mortes do ambientalista Chico Mendes (1944-1988) e da irmã Dorothy Stang (1931-2005), foi julgado no sudeste do Pará, região conhecida pela tensão fundiária.

De acordo com a CPT, de 1.018 mortes provocadas por conflitos de terra de 1985 a 2011 na Amazônia, somente 30 casos foram julgados.

CONTINUA

05 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA DO CASO

24.MAI.2011

Os líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua mulher, Maria do Espírito Santo, são assassinados em assentamento do Incra em Nova Ipixuna, no Pará

14.JUL.2011

A Polícia Civil conclui o inquérito e afirma que o motivo do crime foi disputa pela posse de terra em assentamento

27.JUL.2011

O Ministério Público denuncia três suspeitos de participar do assassinato: José Rodrigues Moreira, Lindonjonson Silva Rocha e Alberto do Nascimento

18 E 21.SET.2011

As polícias Civil e Militar do Pará prendem os três suspeitos de participarem do assassinato do casal de extrativistas

5.MAR.2012

A Justiça do Pará decide levar a júri popular os três acusados de matar o casal

3.ABR.2013

Começa em Marabá (PA) o julgamento dos três acusados

ONTEM

O Tribunal do Júri absolve José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime. Os outros dois são condenados.

05 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STJ nega novo pedido de prisão domiciliar a Nicolau

Ex-juiz condenado por desvios foi levado para o regime fechado no mês passado

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, negou ontem novo pedido da defesa do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, 84, para revogar sua prisão em regime fechado.

A defesa pedia que o ex-juiz fosse autorizado a voltar a cumprir prisão domiciliar.

No dia 25 de março, Nicolau foi levado para a carceragem da Polícia Federal em São Paulo após decisão judicial. Dias depois, foi transferido para o presídio de Tremembé, interior do Estado.

Nicolau estava preso em sua casa no Morumbi, na zona oeste de São Paulo, desde 2007, após ter sido condenado por desvios de recursos da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Para o ministro do STJ, existem "circunstâncias concretas" contra a prisão domi-

ciliar. Em sua decisão, ele cita a instalação de câmeras de vigilância na casa do ex-juiz para vigiar os policiais federais encarregados de monitorar o cumprimento da prisão.

A defesa sustentou que os equipamentos eram instalações antigas no imóvel e não houve vigilância, porque não havia equipamento de gravação, apenas para a captura de imagens internas.

Nicolau foi condenado por crimes como peculato, estelionato, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ele já recebeu penas que, somadas, chegaram a 48 anos de prisão. Desse total, 14 anos já prescreveram.

A estimativa na época do escândalo é que o desvio tenha chegado a cerca de R\$ 170 milhões.

Na terça-feira, o ex-juiz teve a sua primeira condenação definitiva decretada, por lavagem de dinheiro.

PAINEL

Fechado 1 A TV Justiça e as demais emissoras não terão acesso ao depoimento de Marco Feliciano (PSC-SP) hoje no Supremo Tribunal Federal, que será dado ao relator Ricardo Lewandowski e a um juiz de instrução designado.

Fechado 2 A audiência será reservada para atender à exigência legal de ambiente tranquilo, mas será gravada, e a íntegra, divulgada pelo STF. O caso não corre em segredo de Justiça.

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

TJ afasta desembargador acusado de pedir dinheiro

**Magistrado de SP é suspeito de usar cargo
para solicitar recursos a advogado; ele nega**

Pela primeira vez, o Tribunal de Justiça de São Paulo afastou um desembargador acusado de pedir dinheiro a advogados envolvidos nos processos em que ele atuou. A medida foi contra Arthur Del Guércio Filho, da 15ª Câmara de Direito Público.

Segundo testemunhas, Del Guércio procurava partes das causas, dizia ter problemas financeiros e pedia entre R\$ 20 mil e R\$ 35 mil.

A investigação do TJ teve início com denúncia feita pelo advogado e juiz aposentado Nagashi Furukawa.

Pela denúncia, Del Guércio disse a uma advogada do escritório de Furukawa, em reunião para discutir um recurso, que precisava quitar um empréstimo feito para pagar uma reforma, anotou o valor de R\$ 35 mil em um papel e mostrou a ela.

Del Guércio teria dito que o dinheiro, que não foi entregue, não estaria vinculado à decisão no processo.

Um dos 347 desembargadores paulistas, Del Guércio negou as acusações e se disse "surpreso" por não ter sido ouvido pelo TJ.

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

TJ afasta juiz suspeito de pedir dinheiro a advogados

Decisão inédita é tomada após investigação conduzida pelo próprio tribunal

Pedidos variavam de R\$ 20 mil a R\$ 35 mil, segundo testemunhas; desembargador nega todas as acusações

Pela primeira vez em sua história, o Tribunal de Justiça de São Paulo afastou ontem um desembargador acusado de pedir dinheiro a advogados interessados em processos nos quais ele atuou.

A decisão atingiu o desembargador Arthur Del Guércio Filho, 57, e foi tomada por unanimidade pelo Órgão Especial do tribunal. O TJ de São Paulo é composto atualmente por 347 desembargadores.

Segundo testemunhas ouvidas numa investigação conduzida pelo próprio tribunal, Del Guércio procurava advogados e seus clientes dizendo ter problemas financeiros e pedia de R\$ 20 mil a R\$ 35 mil.

Uma das testemunhas, o advogado Clito Fornaciari Júnior, disse ao TJ que, ao pedir dinheiro a um dos seus clientes, Del Guércio antecipou que iria votar a seu favor num processo de seu interesse.

Segundo o advogado, o magistrado acrescentou que outros desembargadores do colegiado não queriam votar como ele e pediram R\$ 120 mil para mudar de ideia.

Fornaciari disse à Folha que seu cliente recusou-se a pagar o valor e a causa foi julgada desfavoravelmente.

A investigação sobre Del Guércio teve início com uma denúncia feita em 18 de março pelo advogado Nagashi Furukawa, juiz aposentado e ex-secretário da Administração Penitenciária de São Paulo.

Segundo Furukawa, Del Guércio pediu que enviasse a seu gabinete um advogado para conversar sobre um recurso em exame no tribunal.

A advogada Fabiane Furukawa, sobrinha do advogado, foi enviada ao gabinete do desembargador. Segundo ela, Del Guércio disse que precisava quitar um empréstimo contraído para financiar a reforma de sua casa.

Em seguida, o desembargador anotou o valor de R\$ 35 mil num papel, mostrou à advogada e disse que era o valor que ele precisava pagar até o dia seguinte, de acordo com o relato de Fabiane.

Segundo a advogada, Del Guércio sugeriu que ela discutisse o assunto com seu cliente e desse uma resposta no dia seguinte. Além disso, de acordo com Fabiane, ele teria dito: "Não estou vinculando [a entrega do dinheiro]

à decisão no processo, mas ficaria muito grato se puder me ajudar". A advogada diz que a resposta foi negativa.

O desembargador Gilberto de Souza Moreira, da 7ª Câmara de Direito Provado, também foi ouvido como testemunha e afirmou que Del Guércio o procurava com frequência para propor soluções "descabidas" para processos.

Moreira disse que cinco escritórios de advocacia lhe relataram iniciativas de Del Guércio "para simplesmente pedir dinheiro, sob o pretexto de que estava em dificuldades financeiras e acabava levando vinte, trinta mil".

Durante as investigações, o presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, procurou os advogados que testemunharam para pedir desculpas em nome do Poder Judiciário.

Com 30 anos de carreira como juiz, Del Guércio foi promovido a desembargador em 2005. Ele trabalhava numa câmara especializada em questões tributárias.

Além do afastamento, o Órgão Especial do TJ abriu processo administrativo contra Del Guércio, que não foi ouvido durante as investigações e agora terá espaço para apresentar sua defesa contra as acusações dos advogados.

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CAIXINHA NO JUDICIÁRIO

Os casos que levaram ao afastamento do desembargador, segundo as investigações do TJ-SP

CASO 1



> O desembargador ligou para o escritório do advogado e ex-secretário da Administração Penitenciária Nagashi Furukawa



> Ele pediu para falar com uma advogada sobre um recurso do escritório que seria julgada pela Câmara do TJ em que ele atuava



> A advogada foi ao gabinete e o desembargador disse a ela que passava por dificuldades financeiras por causa da reforma de sua casa



> Ele pegou uma folha, anotou o valor de R\$ 35 mil e disse:

“Esse é o valor que eu tenho que saldar até amanhã”

“Não estou vinculando à decisão no processo, mas ficaria muito grato se puder me ajudar”

CASO 2



> O desembargador presidente da Câmara em que Del Guércio atuava disse que ele o procurava para propor soluções “descabidas”



> Ele disse ter ouvido de cinco escritórios de advocacia que Del Guércio os procurava “para pedir dinheiro” porque estava “em dificuldades financeiras”. “Acabava levando vinte, trinta mil.”

CASO 3



> O advogado Clito Fornaciari Junior afirmou que o desembargador chegou a procurar uma cliente sua dizendo que os outros colegas da Câmara onde Del Guércio trabalhava pediram R\$ 120 mil para dar um voto favorável

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONTROLADO <

Desembargador diz que sofreu processo sumário

04 ABR 2013

O desembargador Arthur Del Guércio Filho negou ter pedido dinheiro a advogados e partes em processos e afirmou que ainda não foi ouvido na investigação do Tribunal de Justiça.

“Fiquei muito surpreso com isso. Sou juiz há 30 anos, desembargador desde 2005 e sempre primei por ouvir a parte contrária. Esse foi um procedimento sumário, já que a denúncia foi feita em 18 de março. Já há decisão do Órgão Especial sem que eu tenha sido ouvido”, disse o magistrado.

Segundo Del Guércio, as afirmações feitas na investigação contra ele são levianas. “Eu não decido as causas sozinho. Eu não posso vender uma coisa que não me pertence”, disse o desembargador, referindo-se ao fato de atuar em um órgão colegiado do TJ, a 15a. Câmara de Direito Público.

Del Guércio disse que não chegou a solicitar qualquer tipo de ajuda financeira a escritórios de advocacia, defensores ou partes nas causas.

“Jamais faria uma coisa dessas, exatamente para evitar esse tipo de situação”, afirmou Del Guércio.

O magistrado também rebateu a acusação de que teria revelado um voto a um cliente do advogado Clito Fornaciari Júnior e depois dito que outros desembargadores da câmara queriam R\$ 120 mil para acompanhar o voto favorável à parte.

“Pelo amor de Deus, essa é a coisa mais absurda que eu já ouvi no mundo. Me causa espanto”, afirmou.

“ [Eu] Sou juiz há 30 anos, desembargador desde 2005 e sempre primei por ouvir a parte contrária. Esse foi um procedimento sumário, já que a denúncia foi feita em 18 de março. Já há decisão do Órgão Especial sem que eu tenha sido ouvido

ARTHUR DEL GUÉRCIO FILHO
desembargador

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Reforma do Judiciário tem de priorizar os mais pobres

Majoria dos processos no país tem governo
e grandes empresas como partes

É preciso investir em meios alternativos para solucionar conflitos, apontou debate promovido pela Folha

A falta de acesso à Justiça pelos mais pobres é um problema ainda a ser superado, afirmaram os participantes da segunda e última rodada de debates sobre a reforma do Judiciário realizada na noite de segunda-feira pela **Folha**.

Participaram como debatedores o diretor da Escola de Direito da FGV-Rio, Joaquim Falcão; o secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano; o advogado e professor de direito da USP Pierpaolo Bottini e o procurador de Justiça e presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Felipe Locke Cavalcanti. O evento teve a mediação do colunista da **Folha** Hélio Schwartsman.

A reforma do Judiciário começou em 2004.

Acesso à Justiça

Os debatedores citaram o grande número de processos em andamento nos tribunais brasileiros (cerca de 90 milhões). A maioria das causas tem como partes governos, bancos e operadoras de telefonia. Os mais pobres ainda têm pouco acesso à Justiça.

Caetano afirmou que esse problema ocorre porque há um baixo número de defensores públicos no país, somente cerca de 5.500.

O secretário de Reforma do Judiciário comparou esse dado com as estatísticas que mostram 17 mil juizes, 13 mil integrantes do Ministério Público (promotores e procuradores) e 757 mil advogados em atuação no Brasil.

Meios alternativos

É preciso incentivar a utilização de meios alternativos de solução de conflitos, como a conciliação.

Para os participantes do debate, esses instrumentos têm pouco espaço no currículo das faculdades de direito, que promovem uma "cultura da litigiosidade". Esse tema também deve ser mais valorizado nos concursos públicos para as carreiras jurídicas.

Processo eletrônico

"O Judiciário faz questão de se comunicar por cartas e oficiais de justiça, tudo para não chegar a informação. Na era da informática temos que mudar isso", afirmou Locke.

Bottini lembrou sobre a criação do mecanismo da penhora on line, que deu maior efetividade às decisões da Justiça do Trabalho.

Lei da magistratura

Falcão ressaltou a necessidade da elaboração de uma nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman) para regulamentar o trabalho dos juizes e o funcionamento dos tribunais no país. A lei em vigor foi criada em 1979, durante a ditadura.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, criou em fevereiro uma comissão na corte para elaborar um anteprojeto da nova Loman.

A expectativa é que o trabalho esteja concluído até o fim de maio.

CONTINUA

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



“ [A regra da Loman de dois anos para presidentes dos tribunais] é um incentivo à permanente politização interna do Judiciário, o que não é saudável

JOAQUIM FALCÃO



“ A ideia é filtrar [os recursos] para que somente cheguem ao Supremo Tribunal Federal aqueles casos que realmente tenham repercussão na sociedade

PIERPAOLO BOTTINI



“ O Judiciário faz questão de se comunicar por cartas e oficiais de Justiça. Na era da informática temos que mudar isso

FELIPE LOCKE CAVALCANTI



“ O momento hoje é de reforma de códigos. Temos que pensar que é possível ter um processo mais concentrado e com um número menor de recursos

FLÁVIO CAETANO

04 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Congresso contraria Barbosa e cria mais 4 tribunais no país

Proposta, que vai a promulgação, eleva para 9 o número de tribunais regionais, que são a 2ª instância da Justiça Federal

Para presidente do STF, medida não será eficaz e representará 'expansão gigantesca' do gasto público

DE BRASÍLIA

Ignorando apelos do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a Câmara dos Deputados aprovou ontem uma Emenda à Constituição que criará mais quatro TRFs (tribunais regionais federais) no país em um prazo de seis meses.

A proposta, que só precisa agora ser promulgada para entrar em vigor, não estima os custos nem a quantidade dos cargos necessários para os novos tribunais.

Atualmente, existem cinco tribunais regionais federais, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul, com mais de 36 mil servidores. Eles representam a segunda instância da Justiça Federal e abrangem todos os Estados.

A emenda aprovada cria tribunais com sedes em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Manaus, que serão responsáveis pela segunda instância da Justiça Federal de Estados que serão desmembra-

dos dos atuais TRFs.

Barbosa, trabalhou diretamente para evitar a aprovação da proposta sob o argumento de que ela aumentará custos sem resolver o problema de excesso de trabalho.

O ministro chegou a se reunir no início do mês com os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN). Além disso, ele formalizou a sua posição em ofício enviado ao Congresso.

Na mensagem, o presidente do Supremo se disse "extremamente preocupado". "A ampliação gigantesca da estrutura pública implicará

enormes custos permanentes e sempre crescentes ao erário", argumentou.

Apesar do apelo, a emenda foi aprovada em segundo turno de votação por 371 votos contra 54. A sessão foi comandada pelo vice-presidente André Vargas (PT-RS), que tem reduto político em uma das áreas beneficiadas.

O líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), recomendou voto contrário.

"Não podemos imaginar se na federação teremos dinheiro para a criação desses tribunais. Além disso, pergunto: é a prioridade dos mais pobres? Suponho que não", disse Chinaglia.

Para o coordenador da frente parlamentar de apoio à proposta, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), há uma sobrecarga nos TRFs. "Justiça lenta não é justiça."

Segundo a proposta, o TRF da 6ª Região terá sede em Curitiba e jurisdição sobre PR, SC e MS. O da 7ª Região terá sede em Belo Horizonte e jurisdição sobre MG. O da 8ª, com sede em Salvador, abrangerá a BA. E o TRF da 9ª Região terá sede em Manaus e jurisdição sobre AM, AC, RO e RR.

Cada um terá no mínimo sete desembargadores.

➤ MENSALÃO JULGAMENTO PRECISA ACABAR, DIZ MINISTRO

Gilmar Mendes disse que o STF precisa "encerrar o capítulo" do mensalão para não ficar refém do tema. A defesa de José Dirceu entrou com recursos para suspender a publicação do acórdão. A ideia é que antes o plenário do STF analise o acesso antecipado aos votos revisados dos ministros.

FOLHA DE S. PAULO

Oito acusados pelo incêndio na boate

Kiss viram réus

Quatro denunciados por homicídio poderão ir a júri por causa das 241 mortes

A Justiça do Rio Grande do Sul transformou em réus oito pessoas acusadas pela Promotoria de ter responsabilidade pelo incêndio na boate Kiss. A tragédia, ocorrida em janeiro, matou 241 pessoas.

Os sócios da boate, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, o vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão, estão presos e responderão a processo por homicídio doloso (intencional) e tentativa de homicídio.

Para a Promotoria, eles sabiam dos riscos aos frequentadores da boate.

Também se tornaram réus dois bombeiros acusados de adulterar documentos após o incêndio: o major Gerson da Rosa Pereira e o sargento Renan Berleze. Outras duas pessoas são suspeitas de mentir para a Polícia Civil durante a investigação do incêndio: o ex-sócio Elton Uroda e o contador Volmir Panzer.

Os acusados de homicídio devem ir a júri popular em Santa Maria.

OUTRO LADO

O advogado de Mauro Hoffmann diz que tentará mudar a acusação para homicídio culposo (sem intenção) e retirar agravantes.

A defesa de Luciano Bonilha Leão diz que pedirá a revogação da sua prisão.

Na terça-feira, o advogado de Elissandro Spohr e familiares disse que agentes públicos também deveriam responder pelos crimes.

A defesa do vocalista Marcelo de Jesus dos Santos afirma que ele não comprou nem instalou o sinalizador usado no princípio do incêndio. A **Folha** não conseguiu contatar a defesa dos outros réus.

Para juiz, estádio não é lugar para conforto

Falta de comida e água gera ação de torcedor

Um juiz mineiro negou a um torcedor ressarcimento pelo ingresso pago e indenização por dano moral devido às confusões ocorridas na reabertura do estádio do Mineirão, em 3 de fevereiro.

O motivo: torcedores não devem ir ao estádio esperando por "conforto", afirma a decisão de segunda-feira.

Os 52.989 torcedores que pagaram para ver, há dois meses, Cruzeiro x Atlético-MG no estádio recém-reformado para a Copa-14 enfrentaram falta de água e comida, já que os bares estavam quase todos fechados, e banheiros sem papel e água. O advogado Pedro Henrique Ramirez Pires, que estava no estádio, entrou com ação.

Mas o juiz Sergio Castro da Cunha Peixoto, do Juizado Especial Cível, considerou que "ninguém frequenta estádio de futebol em busca de alimentação ou conforto, mas da emoção de presenciar junto a inúmeros outros torcedores a partida do time de futebol de sua preferência".

Na sentença, Peixoto escreveu que "a obrigação contratual das rés" (Cruzeiro e Minas Arena, a gestora do estádio) foi cumprida.

O autor da ação disse à **Folha** que vai recorrer da sentença. O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Minas, Marcelo Barbosa, disse que toda prestação de serviço tem que ser "adequada, eficaz e confortável para o consumidor".